

Padre Olivier RIOULT

A SEMANA SANTA REFORMADA SOB PIO XII

Breve Exame Crítico



**A SEMANA SANTA
REFORMADA SOB PIO XII**

Breve Exame Crítico

Padre Olivier Rioult

Ilustração da capa:

Ao centro, o Cardeal Pacelli, futuro Pio XII. Ele aparece grave, preocupado e sombrio, pois já está sobrecarregado pelos males que cercam a Igreja. Desde São Pio X, ele sabe que *«os fautores do erro se ocultam no próprio seio da Igreja, tornando-se destarte tanto mais nocivos quanto menos percebidos.»*

(Pascendi, 1907)

No canto esquerdo, ocupando o primeiro plano, aparece Monsenhor Bugnini, de hábito, desde o coro, para dali dirigir as cerimônias. Ele é discreto, mas influente, certo de si e sorridente. Sua obra de destruição avança. A Semana Santa, que é o coração do Ano Litúrgico da Cristandade, será «reformada».

«A sinagoga marchou rumo à sua própria maldição. Obstinada em seu erro, não quer escutar, nem nada ver; falseou seu juízo voluntariamente, extinguiu em si a luz do Espírito Santo; e ver-se-á descer todos os degraus da aberração até atingir o abismo. Espetáculo lamentável que ainda é encontrado atualmente, e de modo freqüente, nos pecadores que, de tanto resistir à luz de Deus, acabam por encontrar um horrendo repouso nas trevas! E não nos surpreendamos de reencontrar noutros homens os traços que observamos nos autores culpados do terrível drama que viria a se realizar em Jerusalém. A história da Paixão do Filho de Deus nos fornecerá mais de uma lição sobre os tristes segredos do coração humano e de suas paixões. Não poderia ser de outra forma, pois aquilo que acontece em Jerusalém renova-se no coração do pecador. Este coração é um Calvário sobre o qual, segundo a expressão do Apóstolo, Jesus Cristo é frequentemente crucificado. Mesma ingratidão, mesma cegueira, mesmo furor... Ao seguir os preceitos evangélicos que vão sendo colocados ao alcance de nossos olhos dia após dia, que nossa indignação contra os judeus se volte também contra nós mesmos e contra nossos pecados.»

Dom Prosper Guéranger,

L'Anée Liturgique

ÍNDICE

| | |
|--|----|
| PREFÁCIO..... | 11 |
| INTRODUÇÃO..... | 15 |
| O DOMINGO DE RAMOS..... | 24 |
| A SEGUNDA, TERÇA E QUARTA- FEIRA SANTA..... | 36 |
| A QUINTA-FEIRA SANTA..... | 40 |
| A SEXTA-FEIRA SANTA..... | 45 |
| O SÁBADO SANTO..... | 75 |
| CONCLUSÃO..... | 97 |

PREFÁCIO

As reflexões que aqui empreenderemos têm como base as obras de três clérigos de horizontes completamente distintos: Mons. Gromier, Dom Carusi e Mons. Sanborn.

Mons. Léon Gromier, após concluir seus estudos no Seminário francês de Roma, foi ordenado sacerdote em 29 de março de 1902. Tornou-se cônego da Basílica Santa Maria em Montesanto, Roma. Em 1914, foi nomeado Consultor da seção litúrgica da Congregação dos Ritos, onde colaborou com o Pe. Joseph Haegy na revisão dos célebres *Manual de Liturgia e Cerimonial segundo o Rito Romano*, e *As Funções pontificias segundo o Rito Romano* do Pe. Léon Le Vavasseur. Léon Gromier conviveu com os mais eminentes liturgistas de sua época, como Pe. Hanssens, Pe. Brinktrine, Pe. Callewaert, Dom Schuster, Dom Quentin, Dom Ferretti, Pe. Joseph Haegy...

No ano de 1925, então com 46 anos de idade, foi nomeado prelado doméstico na Casa de Sua Santidade, que lhe conferiu o título de Monseñor em virtude de seus excepcionais conhecimentos das regras litúrgicas. Ora, este eminente liturgista e cerimonialista papal manifestou publicamente sua pouca estima pelas reformas li-

túrgicas do Papa Pio XII por meio de dois artigos publicados pelo periódico *Opus Dei* do Pe. Ferdinand Poitier¹. Ele não hesitou em manifestar-se em diversas ocasiões a respeito da reforma da Semana Santa, tendo-a rotulado de «abusiva», de «liberdade imerecida», «repleta do arbitrário», etc. Mons. Léon Gromier faleceu em Roma, no dia 19 de abril de 1965.

Dom Stefano Carusi, nascido em 1976, foi ordenado sacerdote por Mons. Graidon do Instituto Bom Pastor em 2008, em Bordeaux. Posteriormente, na Itália, foi co-fundador da associação de Clérigos São Gregório Magno. Este grupo de clérigos repreendeu notadamente os superiores do Instituto Bom Pastor por sua falta de clareza quanto a observar o «rito exclusivo» das constituições de seu Instituto, em benefício de um «rito próprio» ambíguo, que faria crer numa equivalência possível entre a Missa de São Pio V e aquele de Paulo VI. Dom Carusi produziu um estudo minucioso e bem referenciado graças às declarações de alguns dos principais reformadores (Annibale Bugnini, Carlo Braga, Ferdinando Antonelli). Este estudo, “*A reforma da Semana Santa nos anos 1951-1956*”, foi publicada em três partes no sítio *Disputationes Theologicae*.

1 Novembro de 1961, nº 5, pp. 248 – 254, «*Reflexões elementares acerca das coisas restauradas*», e abril de 1962, pp. 76 – 90, «*A Semana Santa restaurada*».

Mons. Donald J. Sanborn nasceu em Nova York. Em 1967, ingressou no seminário da diocese do Brooklyn, e foi ordenado sacerdote por Mons. Lefebvre em 29 de junho de 1975. Em janeiro de 1977, foi nomeado reitor da Casa de Estudos São José em Armada. Em abril de 1983, foi excluído da FSSPX, juntamente com oito sacerdotes estadunidenses, em virtude de sua oposição relativa a certas opções teológicas e litúrgicas desejadas por Mons. Lefebvre (em particular, a afeição deste aos livros litúrgicos de 1962 que contém a reforma da Semana Santa). A partir de 1995, passou a dirigir o Seminário da Santíssima Trindade, próximo a Detroit, em Michigan. Em junho de 2002, foi sagrado bispo por Mons. Robert McKenna (que, por sua vez, foi sagrado por Mons. Guérard des Lauriers). Produziu um estudo fartamente documentado acerca da modificação da prece da Sexta-Feira Santa intitulada «*De joelhos diante dos judeus*». Este artigo foi traduzido pelo periódico *Sodalitium* e seu arquivo *pdf* pode ser facilmente encontrado na internet.

O breve exame empreendido a seguir deve-lhes muito.

Padre Olivier Rioult

INTRODUÇÃO

Este breve exame crítico não dirá nada além do suficiente para responder à seguinte questão:

«Estamos nós dispensados de celebrar a Semana Santa reformada sob o pontificado de Pio XII?»

A primeira resposta que nos vem à mente é negativa. Com efeito, ao pedido de numerosos liturgistas, Pio XII empreendeu a reforma da Semana Santa. E se, em 1951, a título de ensaio (*ad experimentum*), ele autorizou a celebração da Vigília Pascal durante a noite, em 1955, ao contrário, tornou-a obrigatória, bem como toda a reforma do rito.

Há, contudo, graves e sérias razões pelas quais podemos responder positivamente² à per-

2 Entre as razões mais imediatas, figura a prática incerta de um papa duvidoso: em 1959, João XXIII celebrou a Sexta-feira Santa na Santa Cruz de Jerusalém segundo o modo tradicional e sem dar-se conta das inovações introduzidas recentemente por Pio XII. Pode-se assim concluir desse fato que o valor da reforma teria sido sempre experimental? Porém, como conciliar ao senso litúrgico ou ao gosto artístico de João XXIII um certo peso teológico quando se diz que sua «personalidade carismática permaneceu viva na memória de todos os judeus» (Gerhart M. Riegner, *Ne jamais désespérer, soixante ans au service du peuple juif et des droits de l'homme*, Cerf, 1999, cap. 4) e que ele inaugurou a «aproximação entre as igrejas, e mesmo entre

gunta acima colocada, e dentre tais encontra-se a confissão de Paulo VI:

«Fez-se sentir a exigência de revisar e enriquecer as fórmulas do Missal Romano. O primeiro passo de uma tal reforma foi obra de nosso Predecessor Pio XII, empreendida com a reforma da Vigília Pascal e do rito da Semana Santa. É essa reforma que consistiu no primeiro passo rumo à adaptação do Missal Romano à mentalidade contemporânea.»³

Ora, essa pretensa adaptação à mentalidade contemporânea, que se opõe à mentalidade cristã, foi condenada por Pio IX na última proposição do *Syllabus*. Então, se Pio IX nos disse, com

a Igreja e a Franco-Maçonaria tradicional» (Paris, Dervy, pp. 135-136 & Rosario F. Esposito, «Le grandi concordanze tra chiesa e Massoneria», Nardini Ed. 1987, pp. 390-391)?

Entre as razões ainda mais imediatas, há a prática incoerente da Fraternidade Sacerdotal São Pio X (FSSPX) que, ao seguir os livros litúrgicos de 1962, toma a liberdade, aqui e alhures, de guardar as rubricas que estavam em vigor antes daquela data, seja em razão de sua importância espiritual ou de sua antiga beleza (o *Dominus Vobiscum* do ofício privado do Breviário, o *Confiteor* da Missa, o tom do final dos cantos da Paixão...). Se Mons. Lefebvre tivesse optado pela manutenção do rito antigo, a FSSPX também o faria. Entretanto, caso se permita desrespeitar as rubricas de 1962 em sua totalidade, outras exceções poderiam também ser consideradas, notadamente aquela de se guardar o rito da Semana Santa não reformada.

3 Paulo VI, Constituição Apostólica «*Missale Romanum*», 3 de abril de 1969.

autoridade, que a Igreja não deve nem «reconci-
liar-se, nem transigir com a civilização moderna»,
como pôde Paulo VI regozijar-se de ter dado o
primeiro passo nesse sentido? Como pôde Pio
XII ter dado seu aval a uma reforma litúrgica na
Igreja que se adaptasse à mentalidade contempo-
rânea?



A reforma da Semana Santa empreendida
sob o Papa Pio XII (+1958) foi promulgada por
meio do Decreto *Maxima redemptionis nostræ
mysteria* da Sagrada Congregação dos Ritos em
16 de novembro de 1955. Na realidade, ela foi
elaborada pela Comissão para a Reforma Li-
túrgica, instituída em 1948, pelo mesmo Pio XII.
Tal Comissão era formada por oito membros sob
a presidência de um cardeal, e tinha como finali-
dade propor o desenvolvimento em matéria li-
túrgica segundo o espírito da encíclica *Mediator
Dei*. A pedra angular da comissão foi seu secretá-
rio, Mons. Annibale Bugnini, nomeado desde a
criação desta, no ano de 1948, e tendo nela per-
manecido até 1960.

Para aqueles que desconhecem este triste
personagem, peça-chave do mistério, eis aqui o
que disse a seu respeito Pe. Didier Bonnetterre na
obra *Le Mouvement Liturgique*:

«Este texto revelador⁴ mostra-nos uma das primeiras aparições do “coveiro da Missa”, um revolucionário mais hábil que os demais e que assassinou a liturgia católica antes de ter desaparecido da cena oficial. É nessa época que a “Contra-Igreja” se infiltrou completamente no “Movimento Litúrgico”, que até então havia sido pressionado por forças modernistas e ecumênicas; no pós-guerra, seu grau de degradação era tal que permitiu à Franco-Maçonaria tomar diretamente suas rédeas: Satã invadiu [a fortaleza da Igreja] por meio de um Cavalo de Tróia.»⁵

4 Trata-se da confissão feita pelo Pe. Bugnini a Pe. Duployé, no ano de 1946, na ocasião de uma reunião do Centro Pastoral da Liturgia (C.P.L), na qual manifestou sua admiração pelos trabalhos do C.P.L. na França, assegurando-lhe que «o maior serviço que eu poderia lhe prestar é o de jamais ter revelado em Roma uma palavra sequer do que tenha escutado.»

5 *Le Mouvement Liturgique de Dom Guéranger à Annibale Bugnini ou le Cheval de Troie dans la Cité de Dieu*, Préface de S. Exc. Mons. Marcel Lefebvre, Éditions Fideliter, 1979.

Pe. Bugnini foi diretor das «*Ephemerides Liturgicæ*» e membro da *Comissio Piana* (1948-60), depois secretário da comissão pré-conciliar (1960-62). Em 1962, porém, João XXIII o destituiu da cadeira de liturgia da Lateranense por insistência do cardeal Larraona, presidente da comissão conciliar para a liturgia, e não o confirmou nas funções de secretário na comissão conciliar – «*acusaram-me de iconoclastia*», reconheceu Bugnini. Paulo VI nomeou-o secretário do Concílio em 1964. Diz-se que foi Annibale Bugnini quem solicitou a presença de seis pastores

Os primeiros trabalhos da comissão culminaram nas novas disposições para a celebração da Vigília Pascal em 1951, com a permissão *ad experimentum* para se celebrar à noite o rito de Sábado Santo. Posteriormente, em 1955, a comissão concluíra a criação da nova Semana Santa. No mesmo ano, as mudanças interviam igualmente nas rubricas da Missa e do Ofício, acarretando a supressão de quase todas as oitavas e vigílias das festas, mesmo aquelas que remontam a uma considerável antigüidade, e na abolição das primeiras vésperas de várias festas.

Para poder julgar o espírito desta reforma pode-se empregar as próprias palavras do lazarista Annibale Bugnini, de seu colaborador, Pe. Carlo Braga, e do então futuro cardeal Ferdinando Antonelli. Para o mesmo fim também estão disponíveis os relatórios das discussões da comissão preparatória, conservados principalmente nos arquivos da Congregação dos Ritos e publicadas por Mons. Nicola Giampietro.

Annibale Bugnini relata em seus escritos que a Comissão trabalhava em segredo, a ponto de

protestantes como observadores nas sessões plenárias do Concílio. Ademais, desde 1965, Bugnini retocara as orações solenes da Sexta-Feira Santa para, segundo ele, «remover toda pedra que representasse um mínimo risco de tropeço ou de desagrado», aos irmãos separados...»

tomar «*de surpresa os próprios membros da Congregação dos Ritos.*»⁶

Ele também nos informa acerca do modo singular por meio do qual os resultados dos trabalhos eram transmitidos a Pio XII, pois «*mantinha Mons. Montini informado e ainda mais, semanalmente, o Pe. Bea, seu confessor*», e «*graças a este intermediário foi possível obter notáveis resultados, mesmo durante os períodos nos quais a doença do Papa impedia a aproximação de quem quer que fosse.*»⁷

A publicação do decreto *Maxima Redemptio-
nis nostræ Mysteria*, que deveria entrar em vigor

6 A. Bugnini, *La Riforma Liturgica (1948-1975)*, Roma, 1983, p. 19.

7 Mons. Montini foi Secretário de Estado, tendo sido removido por Pio XII dos assuntos romanos para ser elevado ao posto de arcebispo de Milão. Contudo, o Papa não lhe conferiu a púrpura cardinalícia, sem a qual não poderia ascender ao supremo Pontificado. Entretanto, João XXIII fez-lhe cardeal, e Mons. Montini tornou-se Paulo VI.

Pe. Bea, uma vez feito cardeal, recebeu a condecoração da liberdade religiosa conferida pelos *B'naï B'rith* de New York, franco-maçons exclusivamente judeus. Por estes últimos foi nomeado *Doctor honoris causa* de uma universidade por tudo aquilo que realizou em favor deles. Segundo Mons. Lefebvre, «*ele dirigiu seu ecumenismo por meio de princípios absolutamente contrários aos da Igreja.*» No concílio Vaticano II foi responsável pelo esquema *Nostra Ætate*.

na Páscoa do ano seguinte (1956), foi acolhida pelo episcopado segundo modos assaz diversos. Para além do triunfalismo de fachada, foram numerosos os protestos contra as novidades introduzidas, ao ponto mesmo de terem se multiplicado as demandas no sentido de se poder conservar o rito tradicional.⁸

Aos mais apressados façamos, de imediato, o julgamento sobre o conjunto da reforma de dois dos maiores protagonistas de tal evento.

O Pe. Carlo Braga, braço-direito de Bugnini e diretor durante anos da célebre revista litúrgica *Ephemeris Liturgicæ*, descreve audaciosamente a reforma do Sábado Santo como «um aríete que penetrou na fortaleza de nossa liturgia que, até aqui, remanesca assaz estática.»⁹

Ao mesmo tempo, o futuro cardeal Ferdinando Antonelli qualificou a reforma de 1955 de «o ato mais importante na história da liturgia desde Pio V.»¹⁰

8 N. Giampietro, *A cinquant'anni della riforma liturgica della Settimana Santa*, *Ephemerides Liturgicæ*, 120 (2006), n. 3, pp. 320-327. A celebração da Semana Santa segundo o rito tradicional permaneceu possível na Terra Santa até o ano 2000.

9 C. Braga, *Maxima Redemptionis nostræ Mysteria, 50 anni dopo (1955-2005)*, *Ecclesia Orans*, 23 (2006), p. 33.

10 F. Antonelli, *La riforma liturgica della Settimana Santa: importanza, attualità, prospettive*, in *La restaurazione*

Tais palavras são assustadoras quando se sabe que «nenhuma época do Ano Litúrgico preocupou tanto a Cristandade, e também deu motivo a vivas manifestações de piedade», e que desde o século IV, «encontramo-la chamada a Grande Semana em uma Homilia de São João Crisóstomo: “não porque ela tenha mais dias que outras, diz o santo Doutor, ou que seus dias tenham um maior número de horas, mas por causa da grandeza dos mistérios que nela são celebrados”».»¹¹

Para as pessoas menos apressadas, o breve exame crítico do *Ordo Hebdomadae Sanctae Instauratus*¹² de 1955-1956 permitirá compreender em que a reforma pôde constituir um «aríete» contra o coração da liturgia romana, tendo tomado como pretexto a questão dos horários: particularmente, aquela de retomar o uso da Vigília Pascal à meia-noite, que parecia ter sido feita em nome de uma pretensa razão pastoral.

Com isso, elas poderão entender a importância capital dessa reforma: tal «reforma» realizada

litúrgica nell'opera di Pio XII. Atti del primo Congresso Internazionale di Liturgia Pastorale, Assisi-Roma, 12-22 settembre 1956, Gênes, 1957, pp. 179-197 (citado em C. Braga, *op. cit.*, p. 34).

11 *L'Année liturgique*, por R. P. Dom Prosper Guéranger, abade de Solesmes.

12 Significa «*Ordinário da Semana Santa Restaurado*», em português [Nota do Tradutor, doravante N. do T.].

sob o pontificado de Pio XII não tinha por objetivo senão o de preparar sutilmente os espíritos para a revolução litúrgica que realizar-se-ia após esse Pontífice, notadamente por meio da Missa Nova de Paulo VI. Tal «reforma» foi a cunha que permitiu a derrubada do carvalho... e foi somente depois de se ter o carvalho por terra que se promulgou a missa bastarda, e muitos espíritos vigilantes compreenderam aquilo que escondiam as extravagâncias da reforma de 1955.

O DOMINGO DE RAMOS

O *Ordo Hebdomadæ Sanctæ* 1955-1956, que doravante denotaremos OHS Bugnini-1956, impôs uma mudança de cor na cerimônia: a cor vermelha para a procissão de Ramos, embora tenha mantido a cor roxa para a Missa sob o pretexto de que «a cor vermelha primitiva» fora «utilizada durante a Idade Média para essa procissão solene» a fim de lembrar a «púrpura real».

Tal afirmação é gratuita e contradiz o Rito Romano, segundo o qual o vermelho é a cor dos mártires ou do Espírito Santo.

«No rito ambrosiano, o vermelho é utilizado no Domingo de Ramos para representar o sangue da Paixão e não a realeza [de Nosso Senhor Jesus Cristo], ao passo que, no rito parisiense, pelo contrário, emprega-se o preto nas duas partes do rito. Contudo, jamais em alguma diocese fora planejada uma mudança de cor entre a Procissão e a Missa, prática herdada indubitavelmente da Festa da Purificação da Virgem, mas cuja aplicação no contexto do Domingo de Ramos seria deveras insensata. Uma inovação de tal monta não é atribuível à prática atestada da Igreja, mas sim a uma súbita idéia de um “professor pastoral de seminário suíço”. [...] Alguns [dentre os ritos antigos] insistem sobre o luto, outros sobre o sacrifício cruento;

porém, em cada um deles foi observada a mesma cor: jamais se considerou a possibilidade de modificá-la, uma vez que toda a cerimônia do Domingo de Ramos consiste em uma mescla de partes trinfais e passionais.»¹³

Mons. Gromier também deplora o desaparecimento das casulas plicadas¹⁴ que, para os tempos de penitência, era «uma das características mais antigas do rito romano, pois remontam aos tempos nos quais todo o clero portava a casula [...]. O abandono desta vestimenta torna mentirosas as pinturas das catacumbas: foi uma perda imensa, um ultraje à História.»

Assim como as cruzes cobertas, as casulas significam a tristeza que se celebra o Salvo e Morte. venientes para à sua Paixão e

No Missal Romano de São Pio V a benção dos Ramos se desdobra em um rito muito particular, que se dá paralelamente ao rito da Missa, e no qual a benção dos Ramos toma o lugar do Cânon e da Consagração. As palmas são colocadas sobre o altar-mor, os ornamentos são de cor

13 L. Gromier, «*La Semaine Sainte restaurée*», Opus Dei, 2 (1962), p. 78.

14 «Plicada», do latim *plicatus*, quer dizer dobrada, por isso tais casulas são também chamadas de «casulas dobradas». No tempo penitencial, as casulas plicadas substituem a dalmática do diácono e a tunicela do subdiácono [Nota do Editor].

roxa, o sacerdote está vestido de capa, o diácono e o subdiácono não usam nem a dalmática, nem a tunicela, mas sim a casula plicada e uma longa estola – tal como ocorre durante toda a Quaresma. Todo este rito de bênçãos estabelece uma analogia plena de significado entre a bênção dos Ramos e a Consagração das Sagradas Espécies: mais que uma simples bênção de um objeto, as palmas recebem uma verdadeira consagração por meio desta cerimônia realizadas sobre o altar-mor ao longo de um «*cânon consecratório*» de sete orações com prefácio.¹⁵

A OHS Bugnini-1956 inventou a bênção dos Ramos na qual o sacerdote volta-se para os fiéis, dando assim as costas para a cruz e, em alguns

15 Encontra-se prefácios consecratórios para as principais bênçãos neste rito romano tradicional: Santo Crisma, círio pascal, água batismal, ordenação sacerdotal, água benta para a vigília da Epifania, e certamente sobre a Consagração das Santas Espécies na Missa.

À medida que a fé penetrava no Norte, não foi possível realizar essa cerimônia de modo solene em toda sua extensão, uma vez que, em virtude do clima, palmeiras e oliveiras não crescem nessas regiões. Foi necessário substituí-los por ramos de outras espécies de árvores; contudo, a Igreja não permite modificar as orações prescritas para a bênção desses humildes ramos, pois os mistérios que nelas são expostos fundam-se na oliveira e na palmeira do relato evangélico, figurados por nossos ramos de buxo ou de louro.

casos, ao Santíssimo Sacramento. Tais ações litúrgicas deslocadas do altar, e realizadas por ministros consagrados que se voltam aos fiéis introduziram um novo conceito de espaço litúrgico e de orientação das orações.

«É a primeira vez na história do rito romano em que se efetua a mudança de enfoque: não são mais o altar e a cruz que concentram a atenção, mas o imperativo se desloca em direção ao povo que deve assistir. [...] [A] prece deixou de ser orientada em direção a Deus, e passou a ser orientada aos fiéis.»

Os ramos eram usualmente abençoados no altar, *in cornu epistolæ* (no canto da epístola), depois de uma leitura, um gradual, um Evangelho e, sobretudo, após um Prefácio com *Sanctus* que introduz as Orações da bênção, rito esse muito antigo chamado de «*Missa sicca*».

Na OHS Bugnini-1956 foram suprimidos o Prefácio e suas palavras relativas à autoridade de Cristo sobre os reinos e autoridades humanas. É surpreendente constatar que se pretendeu aqui solenizar a Realeza de Cristo ao se suprimir totalmente as palavras que descrevem tal Realeza:

«Vós que sois glorificado na assembléia de vossos Santos. Com efeito, sois Vós quem servis as Vossas criaturas, pois sois Vós somente que elas reconhecem como seu princípio e seu Deus, e todas as obras de Vossas Mãos Vos louvam conjuntamente, e Vossos Santos Vos bendizem, pois confessam com plena liber-

dade, diante dos reis e poderes do século, o Nome grandioso de Vosso Filho Unigênito.»¹⁶

Também surpreendente foi a razão evocada para tal mudança: sem meias-palavras denunciaram como supérfluo esse modo particularmente solene de se dirigir a Deus; desprezaram injustamente tais preces da liturgia romana para assim poder eliminá-las: «*Em considerando-se a pouca coerência de tais prefácios, seu caráter prolixo, e a pobreza de seu pensamento em certas fórmulas, a perda desses textos não representa prejuízo algum.*»¹⁷

A OHS Bugnini-1956 também suprimiu as orações que trazem o significado e os benefícios dos sacramentais, assim como o poder que eles possuem contra o demônio. Essa supressão de oito orações de nove foi justificada pela Comissão por serem essas «*pomposas*», e «*testemunhas de uma erudição típica da época carolíngia*»¹⁸. Os reformadores reconheceram a antigüidade desses textos, mas confessaram que não estavam de acordo com seu gosto... as antigas orações foram

16 *Qui gloriatis in concilio Sanctorum tuorum. Tibi enim serviunt creaturæ tuæ: quia te solum auctorem et Deum cognoscunt; et omnis factura tua te collaudat, et benedicunt te Sancti tui. Quia illud magnum Unigeniti tui nomen coram regibus et potestatibus hujus sæculi, libera voce confitentur.*

17 C. Braga, *op. cit.*, p. 306.

18 N. Giampietro, *op. cit.*, p. 307.

assim deliberadamente substituídas por outras que, de acordo com os termos de seus próprios autores, foram «*substancialmente reformuladas*». Em suma, tratou-se de puro capricho, fundado sobre «*argumentos [que não são] nem teológicos, nem litúrgicos*», assinala Mons. Gromier.

A OHS Bugnini-1956 inventou uma cruz processional descoberta, ainda que a cruz do altar tenha permanecido coberta. Durante duas semanas permanece a cruz do altar coberta; mesmo coberta é incensada e reverenciada por meio de uma genuflexão ou inclinação profunda. De nenhum modo é permitido descobri-la; já a cruz processional é **portada descoberta** durante a procissão. Na partida e no retorno da procissão são vistas duas cruzes, uma descoberta, outra coberta. O que se pode compreender disto? Nada além de um erro litúrgico, fruto de uma precipitação dos redatores. A cruz processional nada mais é que uma cruz de altar que se desloca, de modo que as duas cruzes deveriam estar cobertas sob um véu de cor roxa. Contudo, em razão da liturgia do dia, a cruz processional traz um ramo abençoado em referência à vitória de Cristo sobre a Cruz.

A OHS Bugnini-1956 também suprimiu a cruz com a qual se bate à porta da igreja fechada no fim da procissão. Com efeito, ao se chegar diante das portas fechadas da igreja, um diálogo é

entabulado entre dois cantores (que entraram previamente na igreja e se posicionaram atrás das portas fechadas) e a procissão que aguarda no exterior: os cantores entoam o célebre refrão do hino de São Teodulfo de Orleans († 821), *Gloria, laus et honor*. Uma vez terminado o hino, o subdiácono bate à porta da igreja com a haste vertical da cruz, que então se abre para dar entrada à procissão enquanto é entoado o **respon-sório** *Ingrediente Domino in sanctam civitatem*. Este rito simboliza a resistência inicial do povo judeu e, posteriormente, a entrada triunfal de Cristo em Jerusalém, bem como a cruz triunfante de Jesus Cristo que abre as portas do Céu enquanto causa de nossa ressurreição. O significado é profundo e magnífico: o povo remido podia, enfim, entrar na Casa de Deus, o Céu, por meio do madeiro da cruz.

«Não podemos qualificar senão como vandalismo o fato do “*Gloria laus et honor*” ter sido suprimido de seu posto à porta da igreja, para então ter sido misturado ao repertório musical processional. Este, por sua vez, fora quase triplicado em duração, pois mesquinhez e desperdício de tempo caminham juntos. [...] As pastorais chamam Cristo Rei em apoio à sua procissão solene dos Ramos, como se alguém as esperasse para aperfeiçoar uma situação na qual o autor do “*Gloria, laus et honor*” havia provido de modo suficiente, mas não à maneira delas. Ademais, certos retoques à tradi-

ção, tão comumente invocados, são tão mesquinhos quanto audaciosos.»¹⁹

A OHS Bugnini-1956 inventou uma prece que deve ser recitada ao fim da procissão, no centro do altar, mas voltada *versus populum*.²⁰ O próprio Pe. Carlo Braga confessou, cinquenta anos depois, que a invenção dessa oração não fora uma escolha feliz.²¹ Antes da reforma, a procissão terminava normalmente, e depois a Missa começava, de forma costumeira, com as orações ao pé do altar.

A OHS Bugnini-1956 eliminou a distinção entre «Paixão» e «Evangelho». A Paixão sempre possuiu um estilo narrativo, cantado a três vozes, e era seguida pelo Evangelho, cantado apenas pelo Diácono e com distinta entonação, sem círios, mas acompanhado por incensação. A reforma confundiu ambos os aspectos. Mais estranha ainda, a OHS Bugnini-1956 suprimiu a passagem evangélica que faz a ligação entre a Instituição da Eucaristia e a Paixão de Cristo, em Mt. XXVI, 1-36. Um exame dos arquivos mostra que

19 L. Gromier, «*La Semaine Sainte restaurée*», Opus Dei, 2 (1962).

20 Voltado para os fiéis, e não para o altar (N. do T.).

21 C. Braga, *op. cit.*, p. 25: «o elemento que destoa um pouco no *Novus Ordo* é a oração que conclui a procissão, pois rompe a unidade da celebração.»

a Comissão decidiu nada modificar naquilo que concerne a leitura da Paixão, uma vez que se trata de instituição muito antiga.²² Até então, a Tradição estabelecera que à narração da Paixão dos Evangelhos Sinópticos fosse incluída a Instituição da Eucaristia, uma vez que, com a separação sacramental do Corpo e do Sangue de Cristo, tratava-se do anúncio mesmo da Paixão. É simplesmente desconcertante a supressão desses trinta versículos fundamentais das Sagradas Escrituras. O elo íntimo, essencial e teológico que se dá entre a Última Ceia, que é um verdadeiro sacrifício, unido ao sacrifício da Sexta-feira Santa, não seria mais enfatizado. O mesmo se deu com a Terça e a Quarta-feira Santa, cujo resultado extraordinário seria o de banir a recitação da Instituição da Eucaristia de todo o ciclo litúrgico!

A reforma também aboliu uma prática antiga, a de se segurar as palmas durante o canto da Paixão, rito este «*que encontra sua explicação em Santo Agostinho (homilia para as Matinas diante dos Ramos): os ramos de palmeira são os louvores que significam a vitória, pois o Senhor estava a ponto de vencer a morte ao morrer, e de triunfar sobre o diabo pelo triunfo de sua Cruz.*» Após sete séculos, a Igreja adotou um recitativo particular para essa narração do Santo Evangelho, o qual se conver-

22 N. Giampietro, *op. cit.*, pp. 304-305.

teu em autêntico drama. Ouve-se, primeiramente, o historiador que narra os fatos de um modo grave e patético, ao passo que as palavras de Jesus possuem um acento nobre e doce, que contrastam de modo surpreendente com o tom elevado dos demais interlocutores e dos clamores da população judia. Durante o canto da Paixão, todos os participantes devem tomar seus ramos na mão para protestar, por meio deste emblema triunfal, contra todas as humilhações sofridas pelo Redentor por parte de seus inimigos. Movido por seu amor por nós, é neste momento que Ele deixa-se calcar aos pés dos pecadores, e então devemos proclamá-lo em voz alta como nosso Deus e nosso soberano Rei.

Teriam sido tais mudanças, contestáveis liturgicamente, necessárias sob o ponto de vista pastoral? Quais relações teriam elas com o horário discutível da Vigília Pascal?

Santo Tomás de Aquino assinala que a mudança de uma lei não é justificável senão à medida que venha a promover o bem público. Ora, a modificação mesma de uma lei é prejudicial ao bem comum à proporção que contraria o costume geral e diminui sua força coercitiva.

«É por isto que não se deve jamais modificar a lei humana, a menos que a vantagem para o bem comum trazida por tal modificação contrabalance o erro que encerre de fato. É o que ocor-

re quando um novo estatuto origina um grande e evidente benefício, ou ainda quando haja uma necessidade extrema de mudança decorrente de uma iniquidade manifesta contida na lei usual, ou que sua observância seja prejudicial.»²³

As mudanças promovidas no Domingo de Ramos redundaram em vantagens para o bem comum a tal ponto de contrabalançarem os erros que as mesmas trazem? Ou têm por fim justamente o fato de prejudicar o bem comum da Liturgia Católica ao habituar os cristãos a mudar a Liturgia?

23 *Summa Theologica*, I-II, q. 97, a. 2.

A SEGUNDA, TERÇA E QUARTA- FEIRA SANTA

A OHS Bugnini-1956 proibiu a oração *contra persecutores Ecclesiae* na Segunda-Feira Santa. Este ímpeto de eliminar todas as alusões concernentes à existência dos inimigos da Igreja é algo típico da mentalidade dos reformadores. Esse mesmo espírito «pacífico» e irenista seria reencontrado no Vaticano II. Tal ocultação da perseguição da Igreja por parte de forças terrestres e infernais, pela violência ou pela insinuação das here-sias é uma infidelidade ao dever do cristão de lutar pelo Corpo Místico de Cristo.²⁴

Na Terça e na Quarta-Feira Santa,²⁵ a OHS

24 Essa vontade de não mais orar contra os perseguidores da Igreja é ainda mais incompreensível e revoltante se levarmos em conta que, segundo os arquivos da Santa Sé, o século XX testemunhou o martírio de vinte e sete milhões de cristãos em virtude de sua fé.

25 Na Igreja Romana era realizado, na Quarta-Feira Santa, o sexto Escrutínio para a admissão de catecúmenos no Batismo. Recebiam, caso fossem dignos, aqueles sobre os quais ainda não se havia pronunciado definitivamente. Na Missa, havia duas leituras extraídas dos Profetas, como no dia do grande Escrutínio, a Quarta-Feira da Quarta Semana da Quaresma. Os catecúmenos saíam da igreja, como de costume, após o Evangelho; contudo, tão logo

Bugnini-1956 suprimiu da Paixão as leituras de Mc. XIV, 1-30 e de Lc. XXII, 1-39. Levando-se em conta a importância das passagens, a eliminação da Instituição da Eucaristia em vista do Sacrifício da Paixão não pode mais ser justificada somente por uma questão de tempo. Mons. Gromier aponta amargamente tal questão: «Eles expulsaram a Instituição da Eucaristia, tendo ficado assim excluída, por consequência, de todo o ano litúrgico na Igreja Romana, indubitavelmente para uma melhor instrução dos fiéis.»²⁶

Sol
o
F. n. n.
c
Quinta

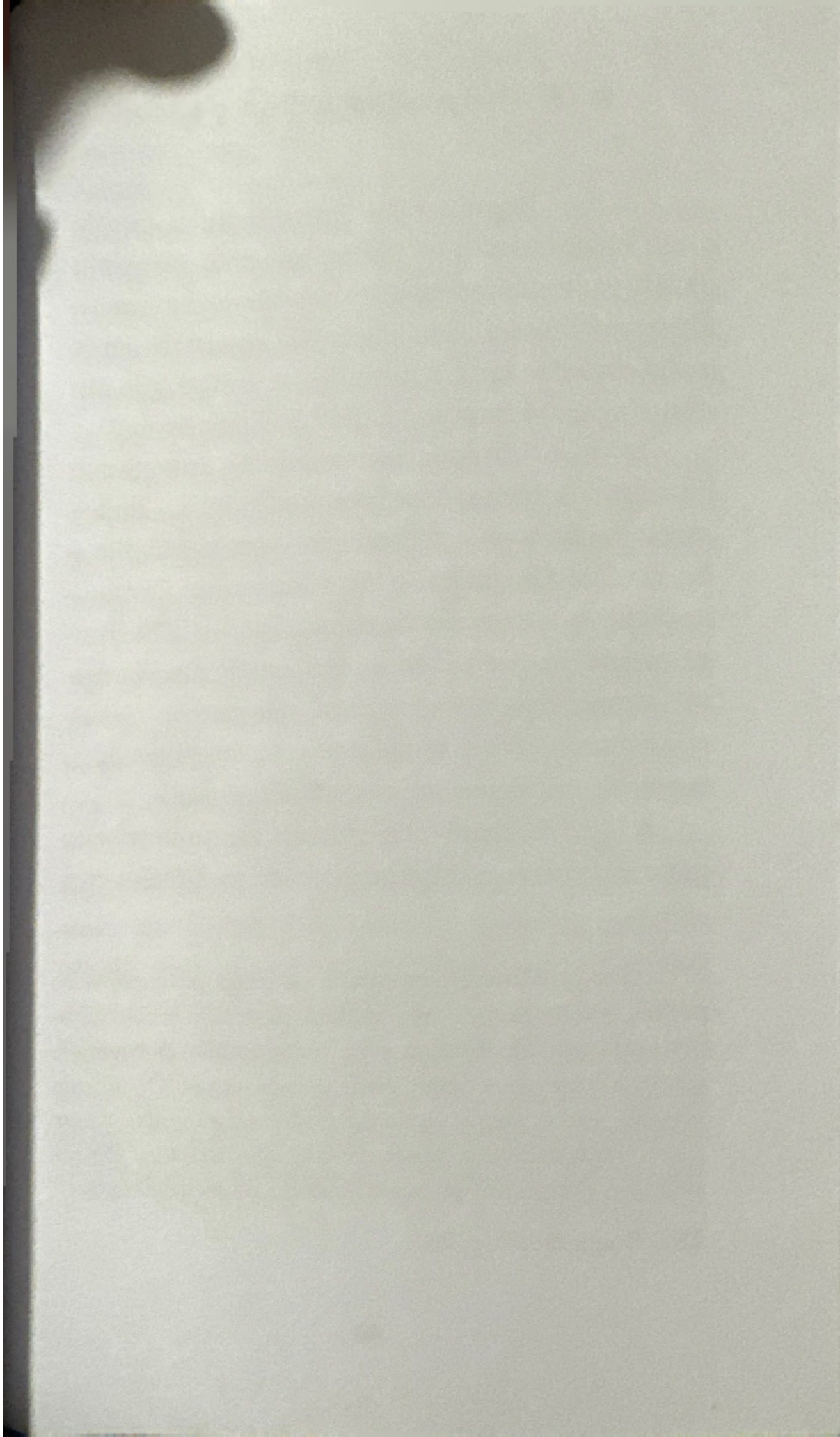
terminado o Sacrifício, eram introduzidos novamente pelo Porteiro, e um dos padres lhes dirigia as seguintes palavras:

«No próximo Sábado, vigília da Páscoa, à tal hora, vós vos reunireis na Basílica de Latrão para o sétimo Escrutínio; em seguida, para retomar o Símbolo que devem ter aprendido; enfim, para receber, por meio do auxílio de Deus, o sagrado banho da regeneração. Preparai-vos para tal fim com o zelo e a humildade dos jovens e por meio da oração contínua, a fim de que, tendo sido sepultados com Jesus Cristo por meio deste santo Batismo, ressusciteis com Ele para a vida eterna. Amém.»

26 L. Gromier, «La Semaine Sainte restaurée», Opus Dei, 2 (1962). A supressão da passagem intitulada «os dois gládios», passagem esta pouco apreciada pelos teólogos de vanguarda, por causa de suas implicações teológicas, é assim deixada em segundo plano.

«Quando eu vos mandei caminhar sem bolsa, e sem alforje, e sem sapatos, faltou-vos porventura alguma coisa? E eles responderam: nada. Prosseguiu logo Jesus: pois agora quem tem

bolsa, tome-a, e também alforje: e o que não a tem, venda sua túnica e compre espada. Porque vos digo que é necessário, que se veja cumprido em mim ainda isto que está escrito: e foi reputado por um dos iníquos. Porque as coisas que dizem respeito a mim, vão já ter seu cumprimento. Mas eles responderam: Senhor, eis aqui estão duas espadas. E Jesus lhes disse: basta. E tendo saído, foi dali como costumava ao Monte das Oliveiras. E seus discípulos o seguiram também.» Luc. XXII, 35-39. (Todas as passagens bíblicas foram extraídas da «Bíblia Sagrada», traduzida pelo Pe. Antônio Pereira de Figueiredo — N. do T.)



A QUINTA-FEIRA SANTA

A OHS Bugnini-1956 introduziu a estola como hábito coral dos padres desde o princípio da Missa, e não apenas no momento da comunhão, como antes. Essa alteração, aparentemente insignificante, viria a permitir a introdução do mito da concelebração na Quinta-Feira Santa.²⁷

Os mais ousados reformadores intentaram introduzir a concelebração nessa reforma da Semana Santa, mas a resistência – em particular a do cardeal Cicognani e de Monsenhor Dante – impediram a inserção de tal novidade. O Pe. Braga assinalou que *«Para a participação dos sacerdotes, a concelebração sacramental não parecia realizável; as mentalidades ainda não estavam preparadas, mesmo dentre alguns membros da Comissão.»*²⁸

A OHS Bugnini-1956 introduziu uma rubrica para incentivar a comunhão com as hóstias que

27 Uma única Missa era celebrada na igreja principal, e os padres presentes, que não tinham oferecido o Sacrifício neste dia, vinham ao altar para a comunhão, portando a estola. No tempo restante, porém, assistiam ao Ofício sem a estola, isto é, sem o signo do poder sacramental, o que assim manifestava a ausência da ação litúrgica desses padres e, portanto, marcava a ausência da concelebração.

28 C. Braga, *op. cit.*, p. 26.

foram tão-somente consagradas no mesmo dia. Essa nova rubrica introduziu a idéia de uma presença real ligada ao dia da celebração e à sua assembléia, e não mais ligada ao próprio rito de modo transcendente. Tal novidade não tem nada a ver com a prática romana do *Fermentum*, na qual se comungava com uma partícula da Eucaristia consagrada no domingo precedente, e tinha como finalidade indicar a comunhão da Igreja no tempo e no espaço, bem como assim exprimir a realidade do Corpo de Cristo. Sendo a presença eucarística *real e substancial*, continua mesmo quando a assembléia se dispersa, e neste sentido pode preceder a reunião desta.

A OHS Bugnini-1956 moveu o lava-pés do final da Missa para um certo momento no decorrer da celebração. Ainda que os reformadores tenham denunciado vigorosamente o «escândalo» dos horários que não estavam em estrita correspondência com o relato evangélico, não houve aqui tão-somente uma antecipação do rito motivada por exigências práticas, mas sim uma inversão mesma da ordem cronológica no interior de um mesmo rito. São João relatou que Nosso Senhor lavou os pés dos Apóstolos após a Ceia: «*et coena facta*» (Jo XIII, 2). Ora, aqui os reformadores escolheram situar o lava-pés no momento do Ofertório de forma arbitrária e, por conse-

guinte, franqueou aos leigos o acesso ao coro,²⁹ onde então deveriam tirar os calçados e meias. Houve claramente uma vontade de repensar a sacralidade do espaço presbiteral e de questionar a proibição de acesso dos leigos a tais locais durante os ofícios. Antes da reforma, o rito do *Mandatum*, isto é, do lava-pés, era realizado no final da Missa, após a desnudação dos altares, e não no coro, mas sim em local reservado para tal finalidade.³⁰ O *Mandatum*, tal como queriam os reformadores, exprime bem «*uma mentalidade pastoral impregnada de demagogia pouco vantajosa ao clero*», apontou Mons. Gromier.

Sob
A
Quest.

A OHS Bugnini-1956 também determinou a retirada da cruz e dos candelabros durante a desnudação do altar, no final da Missa. Foi sob o fundamento desse arcaísmo litúrgico, desprovido de qualquer sentido teológico, que os refor-

29 Era a parte da igreja reservada ao clero e situava-se, normalmente, junto ao altar-mor, na cabeceira da igreja. É sinônimo de santuário, presbitério. Neste sentido, opunha-se à nave, lugar onde ficavam os fiéis. [N. do T.]

30 Os documentos antigos atestam que a Missa nunca foi nem o lugar, nem o momento do *Mandatum*. Este sempre foi separado e seguido por uma recomposição do clero. O rei ou imperador podia participar do *Mandatum*, mas não durante a Missa. O *Cerimoniale Episcoporum* situa o *Mandatum* em um local conveniente, ou na sala capitular, ou na igreja, mas nunca no coro. Do mesmo modo, a reconciliação dos penitentes ocorria na nave, jamais no coro.

madores visaram preparar os espíritos para o espetáculo de uma mesa nua no centro do coro.³¹

A OHS Bugnini-1956 suprimiu, durante a ação Sacrificial, o insólito rito da consagração de duas hóstias. Neste rito, o sacerdote consome uma das hóstias na Missa, e deixa a outra reservada em um cálice cuidadosamente embrulhado. A Igreja resolveu interromper o ato do Sacrifício perpétuo no dia seguinte, cuja oblação santifica cada um dos dias.

«Tal é a impressão experimentada neste aniversário cruel, e neste dia terrível não se ousará renovar sobre o altar a imolação que teve lugar no Calvário. Ela remanescerá sob o conjunto de suas lembranças, e contentar-se-á de participar no Sacrifício de hoje para o qual reservou uma segunda hóstia. Esse rito é cha-

31 Após o canto das Vésperas, este rito lúgubre anuncia que o Sacrifício está suspenso. À exceção da cruz, o altar deve permanecer nu e despojado, até que a oferenda diária pudesse ser novamente apresentada à Majestade Divina; entretanto, para tal fim, fazia-se necessário que o Esposo da Santa Igreja, vencedor da morte, se levantasse redivivo do seio da tumba onde se encontrava. Nesse momento, Ele estava nas mãos dos judeus, que desejavam despojar-lhe de suas vestes, do mesmo modo que o altar é despojado. Será exposto, nu, aos ultrajes de todo um povo; eis porque a Igreja escolheu como acompanhamento dessa triste cerimônia o Salmo XXI, no qual o Messias expõe de modo tão marcante a ação dos soldados romanos que compartiam suas vestes ao pé da cruz.

mado de Missa dos pré-santificados, pois o sacerdote não perfaz nela a consagração, mas tão somente consume a hóstia consagrada no dia anterior. [...] De todo modo, se a Igreja suspende o oferecimento do Sacrifício eterno por algumas horas, não o faz com a intenção de que seu divino Esposo fique sem parte nas homenagens que lhe são devidas no Sacramento de seu amor. A piedade cristã encontrou o meio de transformar em triunfo para a augusta Eucaristia os instantes nos quais a Hóstia santa parece estar inacessível à nossa indignidade. Ela prepara em cada templo um responsório pomposo. A Igreja transportará o corpo de seu Esposo após a Missa de hoje; e ainda que Ele deva repousar sob os véus, seus fiéis o cercarão de seus votos e adoração. Todos virão honrar o repouso do Homem-Deus: as águias se reunirão onde estará o corpo.»³²

32 *L'Année liturgique*, por R. P. Dom Prosper Guéranger, abade de Solesmes.

A SEXTA-FEIRA SANTA

A OHS Bugnini-1956 inventou a expressão «ação litúrgica solene» em substituição à antiquíssima noção de «Missa dos pré-santificados», ou aquela de «*Feria Sexta in Parasceve*». O termo «Pré-santificados» punha em evidência o fato de que a consagração das Santas Espécies havia ocorrido durante um ofício precedente, ligado ao retorno solene da Eucaristia, que é uma das partes mais importantes e mais antigas do rito deste dia. Contudo, tal noção foi vista com antipatia pela Comissão, tendo-a considerado uma «*amplificação estrutural da Idade Média*». Ela decidiu então reformar esse termo, e com ele a própria estrutura do rito. As reminiscências hebraicas da apelação «*in Parasceve*», que manifestava a mais remota antigüidade, não foram bem-vistas pelos reformadores.³³

33 «*arasceve*» significa «preparação», tendo-se em vista a festa da Páscoa. São Mateus emprega esse termo para designar a Sexta-Feira Santa: «[T]omando-lhe pois o corpo, amortalhou-o José num aseado lençol, e depositou-o no seu sepulcro, que ainda não tinha servido, o qual ele tinha aberto em uma rocha. E tapou a boca do sepulcro com uma grande pedra que para ali revolveu, e retirou-se. E Maria Madalena, e a outra Maria, estavam ali sentadas defronte ao sepulcro. E no outro dia, que é o seguinte ao Parasceve, os Príncipes dos Sacerdotes,

A OHS Bugnini-1956 deixou o altar desprovido da cruz velada. Os autores da reforma não pareciam gostar desta cruz do altar, e então decidiram transportá-la, de modo nada solene, para um armário da sacristia na tarde da Quinta-Feira Santa. Deste modo, a cruz desapareceu do altar no dia mais importante da celebração, a Sexta-Feira Santa, dia do triunfo da Paixão redentora. Ademais, desapareceu em parte o sentido mesmo de seu desvelamento público, fato que ocorreria após ter sido ela exposta sobre o altar, velada, ao longo dos quinze dias precedentes.

A partir da OHS Bugnini-1956 a leitura do Evangelho deixou de ser feita no canto da Paixão. No final da Missa, a Paixão recebeu o nome mais importante: «*Teoria da Paixão*». Contudo, não ficou claro o motivo desta mudança no caso da Sexta-Feira Santa, uma vez que, no caso análogo do Domingo de Ramos, a Comissão pareceu se opor a uma similar alteração. De todo modo, tal como ocorreu em outros casos, é provável que a intenção tenha sido a de eliminar todo o sinal que faça referência à Missa, assim como é o caso da leitura do Evangelho, e assim justificar a supressão do nome de «Missa dos Pré-santificados».

e os Fariseus acudiram juntos a casa de Pilatos [...]» Mt. XXVII, 59-62.

Na OHS Bugnini-1956 o altar não mais está coberto com as respectivas toalhas desde o início da cerimônia, pois serão colocadas tão-somente na segunda parte desta. O sacerdote não mais está revestido de casula preta desde o início, mas apenas de alva e estola. Estritamente falando, o fato de o sacerdote vestir a casula mesmo em um rito que não é mais o da Missa testemunha a antigüidade de tais cerimônias, algo reconhecido pelos próprios membros da Comissão. Tal novidade permitiu introduzir e separar «a liturgia da Palavra» da «liturgia eucarística»: «para a liturgia da Palavra, [o celebrante] deve apresentar-se somente com a estola.»³⁴

É sabido que, após o Vaticano II, a própria cor preta desapareceria, apesar das advertências pontifícias:

«Retornar em espírito e coração às fontes da sagrada liturgia é uma sensata e louvável tarefa, pois, ao se remontar às suas origens, o estudo dessa disciplina é de uma utilidade considerável para se penetrar, de forma mais profunda e cuidadosa, na significação dos dias de festa, nos sentidos das fórmulas empregadas e das cerimônias sagradas; contudo, não é nem sensato, nem louvável, remeter tudo e de qualquer modo à antigüidade. Assim, por exemplo, seria desviar-se da via direita querer remeter o altar à sua

34 C. Braga, *op. cit.*, p. 30.

forma primitiva de mesa, querer suprimir radicalmente o preto das cores litúrgicas, excluir as imagens santas e as esculturas, representar o divino Redentor sobre a cruz de tal modo que não aparecessem os atrozes sofrimentos que experimentou, enfim, repudiar e rejeitar os cantos polifônicos ou à várias vozes, mesmo se se conformassem às normas estabelecidas pela Sé Apostólica.»³⁵

Nunca antes na história da Igreja foi permitido que uma «sensibilidade» não-católica influenciasse um rito católico. Isso ocorreu pela primeira vez na OHS Bugnini-1956, e teve como pivô a oração para a conversão dos judeus:

«Oremos também pelos pérfidos judeus, a fim de que nosso Deus e Senhor levante o véu que lhes encobre o coração, para que também reconheçam Jesus Cristo, Nosso Senhor. Oremos. Deus, Todo-Poderoso e Eterno, que não excluís de Vossa Misericórdia nem mesmo os pérfidos judeus, escutai nossas preces que dirigimos a Vós por este povo que está na cegueira, a fim de que, tendo reconhecido o Cristo, Vossa luminosa Verdade, possa ser arrancado das trevas em que se encontra. Pelo mesmo Jesus Cristo Nosso Senhor que, sendo Deus, vive e reina pelos séculos dos séculos. Amém.»³⁶

35 Encíclica «*Mediator Dei*» sobre a Sagrada Liturgia, 20 de novembro de 1947, AAS, XXXIX, 1947, p. 521.

O rito tradicional estabelecia que, após o sacerdote ter proferido o *Oremus*, tanto ele quanto os fiéis não se ajoelhassem.

«A característica mais geral das orações e dos ritos de tal quinzena é a presença de uma dor profunda de se ver o Justo ser oprimido até à morte por seus inimigos, além de uma indignação enérgica contra o povo deicida. [...] As imprecações que os profetas colocaram nos lábios do Messias contra seus inimigos, esses assustadores anátemas são profecias que foram cumpridas à risca sobre os judeus endurecidos. Elas são destinadas a fazer que aprendamos aquilo que o cristão mesmo poderia temer, caso persistisse, de "crucificar Jesus Cristo novamente", segundo a enérgica expressão de São Paulo.»³⁷

Deste modo, no momento mesmo em que se rememora a infidelidade dos judeus, a Igreja julgou ser profícuo mostrar todo o horror de seu crime por meio da ausência da genuflexão, e isso de modo a incitar um temor salutar nos cristãos caso fossem tentados a imitar a execrável iniquidade judaica.

Ora, a reforma de Bugnini de 1955 introduziu tal genuflexão na oração para a conversão

36 A referência ao véu que encobre seus corações vem diretamente de São Paulo (2 Cor III, 13-16).

37 *L'Année liturgique*, por R. P. Dom Prosper Guéranger, abade de Solesmes.

dos judeus (*flectamus genua*, ponhamo-nos de joelhos). Em sentido próprio, era um modo de se ajoelhar diante dos judeus ao aceder às suas reivindicações insolentes.

Com efeito, os judeus infiéis não suportam que a Igreja Católica se pronuncie como a verdadeira e única Israel espiritual, verdadeiro povo de Deus, veraz arca da salvação, tanto para os judeus, quanto para os não-judeus. Não suportam que orem por sua conversão, de tal modo que possam reconhecer o Messias que sua sinagoga crucificou. Certos judeus, marcados por aquela altivez formidável que não lhes permite hesitar em negar as evidências, reivindicaram a necessidade de modificar a liturgia católica toda vez que um judeu se sentisse ofendido. Para alguns, isto significa dizer que dever-se-ia censurar tanto os Evangelhos quanto os Padres da Igreja.³⁸

38 Jules Isaac é um escritor e historiador judeu, cujos livros mais importantes são *Jesus e Israel*, publicado em 1946, e a *Gênese do Antissemitismo*, publicado em 1948. Em suma, suas teses são as seguintes: em decorrência do holocausto, tornou-se necessário acabar com o antijudaísmo de uma vez por todas. O antijudaísmo mais perigoso é o antijudaísmo cristão de base teológica que modelou a consciência ocidental. A base de tal antijudaísmo repousa sobre os quatro Evangelhos e sobre os ensinamentos dos Padres da Igreja (São João Crisóstomo, Santo Ambrósio, Santo Agostinho, São Gregório Magno, Santo Agobardo, etc.), e faz-se então necessário modificar tais fundamentos

Em 1928, graças a uma propaganda eficiente, os Amigos de Israel (2000 padres, 328 bispos e 19 cardeais) solicitaram a Pio XI a retirada do termo «*perfidis*» da oração da Sexta-Feira Santa. Pio XI então submeteu a questão à Congregação dos Ritos; um de seus membros, o famoso Ildefonso

teológicos, em particular por meio da contestação do valor histórico dos Evangelhos e no questionamento dos ensinamentos que deles são aduzidos a fim de preservar os judeus, acusados de nutrir propósitos subversivos contra a ordem cristã. Na perspectiva de Issac, e dentro do contexto de uma amizade judaico-cristã, era o cristianismo que deveria ser corrigido, e não o judaísmo, evidentemente.

Então, para Jules Ísaac era necessário colocar em prática as seguintes medidas: condenação e supressão de toda discriminação racial, religiosa ou nacional no tocante aos judeus. Modificação ou supressão das orações litúrgicas relativas aos judeus, e aquelas da Sexta-Feira Santa em particular. Afirmção de que os judeus não foram de modo algum os responsáveis pela morte de Cristo, e que tal erro recai sobre a humanidade toda. Inativar ou anular as passagens evangélicas que relatam esse episódio crucial da Paixão, principalmente aquelas de São Mateus («*que seu sangue recaia sobre nós e nossos filhos...*») que Jules Isaac considera friamente como mentirosa e falsa. E assim por diante...

Apesar da insolência desse *ultimatum* e malgrado sua virulência acusatória, Jules Isaac recebeu proeminente apoio dos prelados modernos e até mesmo de Roma, a começar dos numerosos adeptos da Amizade judaico-

Schuster, que viria a se tornar o Cardeal-Arcebispo de Milão, exerceu forte influência a favor de tal mudança, e argumentou que o sentido da palavra «*perfidis*» havia mudado nas línguas modernas. Alegou que «*pérvido*» poderia ser compreendido hodiernamente como «maligno», «iníquo». O termo «*pérvido*» transpõe «*perfidis*»

cristã: era necessário enfatizar a caridade cristã, a unidade ecumênica, a filiação bíblica comum, a amizade entre judeus e cristãos, a luta contra o racismo, o martírio do povo judeu...

Logo, em 1947, e beneficiado pelo apoio de personalidades filojudaicas como os padres Daniélou, Henri Marrou, Pe. Vieillard, secretário do episcopado, Jules Isaac redigiu um memorando de dezoito pontos retificando o ensinamento cristão acerca de Israel. Ele participou nesse mesmo ano de uma importantíssima conferência internacional em Seelisberg, na Suíça, onde se encontraram setenta personalidades religiosas provenientes de dezenove países, tal como o grão-rabino Jacob Kaplan (30 de julho de 1947). A conferência adotou os Dez Pontos de Seelisberg, que sugeriam às igrejas cristãs tomar medidas no sentido de «purificar» o ensinamento religioso concernente aos judeus.

Pouco depois, Isaac fundou a primeira Amizade judaico-cristã, juntamente com o grão-rabino da França, Jacob Kaplan (membro do B'nai B'rith), os israelitas Edmond Fleg e Leon Algazi, os católicos Jacques Madaule, Henri Marrou e Jacques Nantet, os protestantes Jacques Martin e o professor Lovsky. Tal associação obteve o patrocínio do cardeal Liénart.

do latim sem, entretanto, traduzi-lo verdadeiramente.

Ora, o sentido de «*pérfito*», sob o ponto de vista litúrgico e enquanto termo latino, é o único que verdadeiramente designa a infidelidade própria dos judeus. Com efeito, os judeus não são nem hereges (já que não são batizados), nem infiéis (pois receberam a Revelação). Deste modo, o termo «*perfidia*» aplica-se à sua mui particular infidelidade, uma infidelidade à sua própria Lei e à sua própria Aliança ao recusar reconhecer o verdadeiro Messias. Sua infidelidade é uma verdadeira perfídia, uma verdadeira maldade e iniquidade, visto que os judeus estavam ligados a Deus por meio de uma Aliança e um acordo. O sentido da palavra «*perfidis*», em latim, designa

Em 1949, Isaac foi recebido por Pio XII em audiência privada com o fito de defender a causa do judaísmo, e lhe remeteu os Dez Pontos de Seelisberg. Em 1959, Isaac mantinha relações regulares com diversos prelados da Cúria Romana, notadamente os cardeais Tisserant e Ottaviani, e sobretudo o cardeal Bea. Finalmente, em 13 de agosto de 1960, foi recebido por João XXIII, graças à intervenção do presidente francês Vincent Auriol. Algum tempo depois, Isaac exultou ao saber que João XXIII havia acolhido suas proposições e enviado ao cardeal Bea para apreciação. Este, por sua vez, criou um grupo de trabalho encarregado de examinar as relações entre a Igreja e Israel, e dos resultados obtidos originou-se o famoso esquema do Vaticano II, *Nostra Ætate...*

justamente uma pessoa que não respeita acordos ou contratos, donde então surge a idéia de um certo «perjúrio»...

Apesar disto, no ano de 1928, a Sagrada Congregação dos Ritos aceitou remover a palavra «*perfidis*» da oração para a conversão dos judeus. Felizmente, o Santo Ofício respondeu que a oração era tão antiga que não havia a necessidade de modificá-la e que, se o fizessem, cairiam em um poço sem fundo. Ademais, o cardeal Merry du Val, Secretário do Santo Ofício e de São Pio X, se opôs mais firmemente ainda e acusou os Amigos de Israel de não exigirem a conversão dos judeus. Acrescentou ainda que a palavra «pérfido» do rito antigo exprime «o horror suscitado pela traição e pela revolta dos judeus». O juízo do Santo Ofício foi então: *nihil esse innovandum!*, ou seja, *nada deve ser modificado*. Pio XI aprovou tal decisão e dissolveu a organização dos Amigos de Israel por meio de um decreto.

Eugenio Maria Zolli chamava-se Israel Zolli e era o grão-rabino de Roma antes de ter-se convertido ao catolicismo no ano de 1945, e em seu tempo também havia solicitado a Pio XII a retirada da palavra «*perfidis*» da oração da Sexta-Feira Santa. Pio XII recusou, e respondeu a Zolli que o adjetivo «pérfido», que na linguagem comum significa «desleal», «traidor» ou «mentiroso», de-

veria ser tomado com o significado de «incrédulo» no contexto das orações católicas.

Isto é verdade, mas nada impede que uma certa forma de incredulidade conduza a um certo modo de deslealdade, traição ou mentira. Ademais, para se aclarar a justeza do termo «*perfidis*» pode-se evocar o testemunho de Benjamin Freedman:

«Sabeis vós o que os judeus fazem no Dia do Perdão (Yom Kippur), que pensais ser tão sagrado para eles? Eu fui um deles. Não é o que se diz. Não estou aqui no papel de agitador, mas sim para apresentar os fatos. No Dia do Perdão, quando entrardes em uma sinagoga, levantar-vos-eis em toda primeira prece que recitardes. É a única prece durante a qual ficareis em pé. Repetireis três vezes a curta prece chamada Kol Nidre. Nesta prece, fareis um acordo com Deus Todo-Poderoso de modo que todo juramento, voto, ou compromisso que vierdes a contrair nos próximos doze meses tornar-se-ão nulos e, assim, um juramento deixará de ser juramento, um voto deixará de ser voto, e uma promessa deixará de ser uma promessa. Não terão nenhuma força ou efeito [...] o Talmude³⁹ ensina

39 O Talmude, livro central do judaísmo moderno, que foi elaborado após a vinda de Cristo, é provavelmente o livro mais repleto de ódio e o mais racista já escrito na história da humanidade. Nele se permite tudo no que concerne aos *goyim* (plural do termo *goy*, que em hebraico designa os não-judeus): «Não se deve ter mais compaixão dos *goyim* do

que, a cada vez que fizerdes um juramento, voto ou dardes vossa palavra, deveis recordar a prece Kol Nidre que recitastes no Dia do Perdão, e então estareis isentos de cumprir com vosso compromisso. Como, nós, estadunidenses, poderemos contar com sua fidelidade? Podemos contar com sua fidelidade como os alemães contaram em 1916. Sofreremos com o mesmo destino que a Alemanha, e pela mesma razão.»⁴⁰

De qualquer modo, se Pio XII manteve a palavra «*perfidis*», infelizmente deixou passar a omissão simbólica da não-genuflexão durante a oração para a conversão dos judeus.

Foi a primeira vez que a liturgia católica se curvou às exigências ecumênicas de seus inimigos. Foi a primeira vez que uma religião falsa interferiu no santuário. Trata-se de uma autêntica genuflexão diante dos judeus, ao menos de forma simbólica.⁴¹

que dos porcos..." (Orach Chaiim 57, 6a); «A propriedade de um goy pertence ao primeiro judeu que a reclamar.» (Babha Bathra 54b); «Os judeus podem mentir e perjurar se for para enganar ou condenar um goy.» (Babha Kama 113a), dentre vários outros exemplos.

40 Benjamin Freedman, homem de negócios judeu em New York, converteu-se ao catolicismo. Discurso de 1961 no hotel Willard (Washington) em nome do jornal «*Common Sense*».

41 Mons. Donald J. Sanborn, *De joelhos diante dos judeus*.

Conforme previsto pelo Santo Ofício, tal modificação levou a um poço sem fundo... de fato, em 1959, João XXIII suprimiu da oração a palavra «*perfidis*». Posteriormente, a mesma oração foi modificada por Bento XVI, no ano de 2008, em decorrência das recriminações judaicas da Liga Antidifamação (ADL), um grupo de vigilância encarregado de rastrear e de denunciar tudo aquilo que julgarem ser antijudaico.⁴²

Eis o porquê de não compartilharmos o sentimento de Dom Carusi, segundo o qual esta oração pelos judeus é «*um problema acessório para um estudo a respeito da Semana Santa.*»⁴³ Isso, porque tal oração litúrgica refere-se, não só ao mais horrível dos crimes cometidos contra o Filho de Deus, mas também refere-se à salvação dos povos.⁴⁴

42 *Oremos também pelos judeus. Que o Senhor Nosso Deus ilumine seus corações a fim de que reconheçam Jesus Cristo como Salvador de todos os homens. Oremos. Coloquemo-nos de joelhos. Levantemos. Deus Eterno e Todo-Poderoso, que quereis que todos os homens sejam salvos e que conheçam a verdade, fazeis com que, nós vo-lo pedimos, no momento em que a plenitude dos povos adentrar em Vossa Igreja, o povo de Israel seja salvo. Amém.*

43 Dom Stefano Carusi, «*A reforma da Semana Santa de 1951-1956*».

44 *Na realidade, o judaísmo é uma doutrina e uma fé confessional imbricadas com uma nacionalidade e uma raça. [...]*

Por fim, notemos que, caso realmente exista um «ensinamento do desprezo», ele não se encontra de modo algum no Evangelho, mas sim na lei judaica (*Halakhah*). As leis contidas na *Halakhah* inculcam efetivamente o desprezo e o ódio em relação aos não-judeus.

Não são a nacionalidade e o sangue que impedem o judeu de se fundir com outros povos, e que lhe colocam em posição de franca hostilidade frente a eles, mas sim a religião: não mais a religião mosaica que abandonou e que não mais conhece a não ser pelo nome, mas a religião talmúdica e rabínica, mescla de absurdidades e de fábulas incoerentes, que não repousam sobre a base evangélica do amor ao próximo, mas sobre a obrigação de devotar um ódio profundo a tudo aquilo que não provenha de seu sangue. Ademais, uma máxima admitida e elevada por Israel ao status de uma doutrina e de um símbolo revelado estabelece que é um dever do judeu fingir e simular uma conversão a uma religião distinta da sua, e de tomar parte exteriormente nas observâncias e nas práticas dela caso julgue ser conveniente a seus interesses. Além disso, constata-se que, na atualidade, há judeus na Alemanha que receberam o Batismo e se converteram ao Cristianismo com o fito de adquirir terras, de ser agraciados com títulos de nobreza, de obter mais facilmente empregos públicos e tirar proveito de oportunidades de enriquecer a sinagoga e empobrecer as populações no seio das quais eles vivem. O liberalismo moderno, com seu vão sentimentalismo e falsos princípios igualitários, contribuiu mais que todos os demais erros no sentido de conduzir a essa preponderância e essa transbordante influência judaica que suscita, com justa razão, certa apreensão nos povos europeus. Na Idade Média, esclarecidos pela Igreja, as nações e os príncipes cristãos já haviam previsto esse grande perigo social. (Pe. Arminjon, «Fin

«Em uma das primeiras fórmulas da prece matinal, o judeu devoto dá graças a Deus por não tê-lo feito gentio. A última parte desta prece quotidiana (que é retomada no momento mais solene do ofício do Ano Novo e do Yom Kippur) começa com esta declaração: “Devemos louvar o Senhor [...] por não ter-nos feito como as nações [...] pois elas se inclinam à vaidade e ao nada, e rezam a um deus que não é de nenhuma valia”. A segunda parte desta frase foi censurada dos livros de orações, mas na Europa Oriental foi mantida por meio da transmissão oral, e atualmente fora restabelecida em diversos livros de orações publicados em Israel. A parte mais importante da oração dos dias da semana – as “dezoito bênçãos” – contém uma maldição originalmente dirigida aos cristãos, judeus convertidos e outros judeus heréticos: “E que os apóstatas não tenham nenhuma esperança, e que todos os cristãos pereçam neste instante”. Tal fórmula remonta ao final do século I, ainda quando os cristãos não passavam de uma pequena seita perseguida. Após a fundação de Israel [...] muitos dos novos livros de oração retomaram a segunda fórmula que havia sido prescrita por muitos mestres de escolas religiosas israelitas. Após 1967, diversas comunidades próximas a Gush Emunim restabeleceram a primeira versão (oralmente, e até o presente, não publicada), e rezam diariamente para que os cristãos “pereçam neste ins-

du monde présent et mystères de la vie future», 1881).

tante". Tal inversão foi produzida no momento em que a Igreja Católica, sob João XXIII, suprimiu da cerimônia da Sexta-Feira Santa a oração que pedia a Deus para ter misericórdia com os judeus – oração esta considerada ofensiva e até mesmo antisemita pela maior parte dos dirigentes judeus.»⁴⁵

A OHS Bugnini-1956 inventou o título de «*Pro unitate Ecclesiae*» para a sétima das orações. A ambigüidade da expressão introduz a idéia de uma Igreja que busca a sua própria unidade social, unidade esta que não mais possuía. Segundo a doutrina católica definida de modo solene, a Igreja não carece de unidade social em seu estado terrestre, uma vez que tal unidade é mesmo uma propriedade essencial da verdadeira Igreja de Cristo. Assim, a unidade não é uma característica ainda a ser procurada no diálogo ecumênico, pois ela já está metafisicamente presente na Igreja. Tal como nos relata o Pe. Braga, o objetivo dos reformadores era eliminar certas palavras incômodas desta oração que se referiam a almas seduzidas pelo demônio e prisioneiras da malícia da heresia: «*animas diabolica fraudata deceptas*» e «*hæretica pravitate*». Dentro dessa mesma lógica, os reformadores visaram eliminar a conclusão que desejava um retorno dos desviados

45 Israel Shahak, *Histoire juive, religion juive, le poids de trois millénaires*, La Vieille Taupe, 1996.

[da verdadeira fé] à unidade da Verdade do Cristo em sua Igreja: «*errantium corda resipiscant, et ad veritatis tuæ redeant unitatem*». Contudo, não foi possível reformar o texto mesmo da oração, uma vez que, na época, conforme se lamenta o Pe. Braga, «*a unidade era concebida nos termos de um ecumenismo pré-conciliar*».⁴⁶ Assim, contentaram-se em reformar somente o título.⁴⁷

46 C. Braga, *op. cit.*, p. 30.

47 A Igreja Romana tinha uma oração para o Imperador do Sacro Império Romano-Germânico, que, no passado, havia sido incumbido pela Igreja de propagar a fé nas nações infiéis.

«*Oremos pelo nosso Imperador mui cristão, a fim que o Senhor Deus lhe submeta todas as nações bárbaras e que assim gozemos de uma paz contínua*».

O Celebrante: Oremos.

O Diácono: Ponhamo-nos de joelhos.

O Subdiácono: Levantai-vos.

«*Deus Eterno e Todo-Poderoso, que tendes nas mãos o direito e as forças de todos os Estados, lançai um olhar favorável ao Império Romano, e pelo Poder de Vossa Direita submetei as nações inimigas cuja barbárie é perpetrada com tamanha audácia. Por Jesus Cristo Nosso Senhor. Amém.*»

Esta oração deixou de ter sua razão de ser desde a guerra das «democracias» maçônicas, ocorrida entre os anos de 1914 e 1918, nações estas que recusaram toda proposta de paz, mesmo aquela de Bento XV. A recusa de um acordo de paz, que teria evitado um grande derramamento de

A OHS Bugnini-1956 inventou uma procissão para o retorno solene da cruz desde a sacristia. Nesse caso, a cruz retorna liturgicamente, isto é, publicamente, e não mais entre os vasos de flores e candelabros como na noite precedente. Em liturgia, o que é transportado de forma solene deve retornar da mesma maneira. Aqui, ao contrário, a inovação faz retornar solenemente um símbolo que foi trazido na véspera de forma reservada, no meio de outros objetos. Parece tratar-se de uma tentativa desajeitada de restituir um rito executado em Jerusalém no século V. Entretanto, na liturgia romana, ao longo dos séculos, a cruz permanecia velada sobre o altar desde

sangue, não se explica senão por meio da cegueira e ódio ideológico da maçonaria internacional que havia jurado, dentre outras coisas, a destruição do império austríaco, o último baluarte de uma Cristandade européia.

Com efeito, o cardeal Lorenzelli confidenciou a Mons. Baudrillart: «*Vossa aliança com a Inglaterra e a Rússia é uma aliança com o diabo... Vossa guerra é a guerra dos assassinos, vós combateis para defender os assassinos do arquiduque Ferdinando. São o governo sérvio e o ministro da Rússia que promoveram tal assassinato.*» (5 de dezembro de 1914), e o cardeal Luçon confidenciou a Mons. Baudrillart que «*o mundo do Vaticano teme que nossa vitória [a da França] seja aquela da Franco-maçonaria, da Revolução, da Escola sem Deus e, sobretudo, do triunfo da Rússia, pior que os turcos.*» (14 de setembro de 1914) (Cardeal Alfred Baudrillart, *Biographie*, Cerf, Paris, 2006, p. 57).

o primeiro Domingo da Paixão, e era desvelada publicamente junto ao altar, isto é, no mesmo local onde estava colocada. Porém, e de forma bizarra, após ter inventado a procissão da cruz, a reforma decidiu, contrariamente, reduzir aquela do retorno do Santíssimo Sacramento, que se tornou um rito quase privado a partir de uma inexplicável inversão de perspectiva. O Santíssimo Sacramento havia sido transportado solenemente na véspera até o altar de reposição do Santíssimo Sacramento, ou "*altar do Sepulcro*". E o retorno do Santíssimo Sacramento não é mais realizado pelo celebrante que o espera, sentado em silêncio, mas por um diácono subalterno. Ademais, no desvelamento da cruz, após cada um dos três *Ecce lignum crucis* unia-se à ação o convite para se ajoelhar, e então adorava-se o Santíssimo Sacramento ao se responder *Venite Adoremus*. A adoração silenciosa ocorria durante os três atos de genuflexão prévios ao ato de beijar. O gênio pastoral dos reformadores, ao demandar atos de genuflexão após a adoração em silêncio por alguns instantes, promoveu antes uma perda do que ganho de tempo. «*Eles provavelmente acreditaram que o canto prejudica a adoração, a atenção, o recolhimento*», assim supõe Mons. Gromier.

Há séculos, e de forma justa, desejou-se adorar, além da cruz, o corpo de Cristo morto estendido sob a cruz velada. Eis o porquê de estendê-

lo sobre um tapete, uma almofada, um véu branco e roxo na função de mortalha. Isso ultrapassava a concepção das pastorais, que deixam em pé um morto suspenso pelos braços. Eles igualmente deixaram de lado a ostensão-adoração da cruz, que não passava de uma exaltação posta ao alcance dos adoradores que se prostravam diante dela. Não menos incompreendida é a adoração da cruz; ela se dava como aquela devida ao papa por meio de três genuflexões espaçadas antes de se beijar a cruz.⁴⁸

48 L. Gromier, *“La Semaine Sainte restaurée”*, Opus Dei, 2 (1962).

«A comovente homenagem oferecida neste dia ao lenho sagrado que nos salva teve início em Jerusalém, no século IV. A verdadeira Cruz havia sido descoberta pouco tempo atrás graças aos cuidados da piedosa imperatriz Santa Helena, e o povo fiel aspirava contemplar esta árvore da vida de tempos em tempos, cuja miraculosa Invenção [Descoberta] cumulou de alegria a Igreja inteira. Foi então estabelecido que ela seria exposta à adoração dos cristãos uma vez ao ano, na Sexta-Feira Santa. O desejo de gozar a felicidade de contemplá-la trouxe a cada ano uma multidão de peregrinos à Jerusalém durante a Semana Santa. A fama dessa imponente cerimônia difundiu-se em toda parte, sobretudo em razão dos relatos; porém, nem todos poderiam esperar testemunhá-la mesmo se fosse por uma única vez na vida. A piedade católica quis ao menos usufruir dela por meio da imitação de uma cerimônia que era inacessível a um grande número de pessoas; assim, no século VII cogitou-se repetir em todas as igrejas, na Sexta-Feira Santa, a ostensão e adoração da Cruz que se encontrava em Jerusalém. É verdade

A OHS Bugnini-1956 introduziu o Padre Nosso recitado pelos fiéis. Os fiéis «do povo de Deus» deveriam tornar-se «verdadeiros atores da celebração.»⁴⁹ Isto contraria a tradição litúrgica que reserva esta oração e o *Amém* de sua conclusão ao sacerdote, excetuando-se apenas o «*sed libera nos a malo*», que é reservado aos fiéis. O Catecismo do Concílio de Trento fornece a explicação:

«Todo aquele que se dispõe a orar com o coração pleno de Fé e Esperança se apresenta diante de Deus Pai com firme confiança de que obterá aquilo que necessita. Ora, a palavra *Amém*, que encerra e conclui a Oração Dominical [o Padre Nosso], contém em germe todos os pensamentos e todas as considerações que haveremos de expor. Por outro lado, Nosso Senhor Jesus Cristo se serve dela de modo mui freqüente nos Evangelhos, e encarregou o Espírito Santo de conservá-la na Igreja de Deus. De certo modo, portanto, eis o sentido a ela associado: sabeis que vossas preces são aten-

que não possuíam senão uma figura da Vera Cruz; todavia, as homenagens prestadas ao lenho sagrado referiam-se ao próprio Cristo, e os fiéis podiam oferecer-Lhe homenagens similares, visto que não miravam o próprio lenho sobre o qual o Redentor verteu seu sangue. Eis a razão da instituição desse rito imponente que a Santa Igreja executa diante de nossos olhos e para o qual nos convida a tomar parte.» *L'Année liturgique*, por R. P. Dom Prosper Guéranger, abade de Solesmes.

49 C. Braga, *op. cit.*, p. 18.

didadas. É como a resposta de Deus que retorna graciosamente àquele que rezou, de acordo com o que pediu. Tal interpretação tem por base o costume constante da Igreja. Com efeito, no Santo Sacrifício da Missa, durante a recitação da Oração Dominical, a Igreja não deixou a palavra Amém aos assistentes, que devem simplesmente dizer "mas livrai-nos do mal"; esta palavra é reservada ao Sacerdote que, em sendo Mediador entre Deus e os homens, responde ao povo que o Senhor está aplacado. Todavia, esta regra não é aplicada às demais orações, uma vez que, nelas, é o povo que responde Amém. Ela se aplica tão-somente à Oração Dominical. E a razão disto centra-se no fato de que, nas demais orações, a palavra Amém expressa somente um assentimento ou desejo, ao passo que na Oração Dominical ela indica que Deus atende às demandas daqueles que oram.»

A OHS Bugnini-1956 eliminou a oração sacrificial no momento do consumo da hóstia. É verdade que, neste dia, não há o Sacrifício Eucarístico com a separação das espécies no sentido estrito do termo. Mas o consumo da vítima, imolada no dia precedente, é uma parte do Sacrifício mesmo, apesar de não essencial. De certo modo, é uma continuação sacramental, visto que o Corpo consumido é sempre um Corpo imolado e sacrificado: eis o motivo pelo qual a Tradição fazia menção do Sacrifício nas orações relacionadas ao consumo da hóstia. Antes dessa reforma, a ora-

ção «*Orate, fratres, ut meum ac vestrum sacrificium...*» havia sido mantida mais em virtude do contexto particular, e não era seguida de sua resposta habitual.

A OHS Bugnini-1956 também eliminou a imersão⁵⁰ de uma partícula da hóstia consagrada no vinho do cálice. Evidentemente, a imersão de uma partícula da hóstia consagrada no vinho não-consagrado (prática conhecida no rito bizantino) não consagra o vinho, algo que jamais foi crido na Igreja; contudo, sob o ponto de vista simbólico, esta união manifesta a ressurreição e glorificação de Cristo ao mesmo tempo que a união de seu Corpo Místico na Vida Eterna, causa final de toda a Obra da Redenção celebrada neste dia santo. Antes desta reforma, o sacerdote mergulhava uma partícula da hóstia consagrada no vinho, mas as orações relativas ao consumo do Sangue eram então omitidas segundo uma perfeita coerência teológica.⁵¹

50 Ato pelo qual se mistura uma substância na outra.

51 No que concerne a reforma da Sexta-Feira Santa, Mons. Gromier fala da «*eliminação da Missa dos Pré-santificados*», dos «*poderes discricionários*» dos reformadores que «*são vastos*», e cujo «*abuso não é menor*». Ele lamenta e também destaca: «*Até o presente, após o canto da Paixão na Sexta-Feira Santa, a liturgia dava lugar a um sermão sobre a Paixão; apiedava-se do Cristo morto na cruz antes de adorar um e outro. Agora não se tratava mais disso, não mais se falava a esse*

Durante o Ofício, após a adoração da cruz, a OHS Bugnini-1956 estabeleceu que os fiéis pudessem se aproximar da Santa Mesa para receber a comunhão das espécies pré-santificadas. Ora, mesmo se houvesse um tempo no qual todo o clero e os fiéis pudessem ter sido agraciados com esse obséquo antes dessa reforma, as rubricas na disciplina indicariam que somente o Celebrante deveria consumir a santa hóstia, já que assumia liturgicamente o lugar de Cristo. Era após essa única e solitária comunhão que se concluía o Ofício da Sexta-Feira Santa, então sem a comunhão dos fiéis.

Se a comunhão do Corpo do Senhor, no dia da morte de Cristo, com as hóstias pré-santificadas na Quinta-Feira Santa foi uma prática empregada durante certo período na Antigüidade, a longa prática da Igreja que veta essa comunhão eucarística aos fiéis na Sexta-Feira Santa é, sob o ponto de vista litúrgico, mais adaptada e mais rica de ensinamentos espirituais e teológicos.

Por quê?

respeito. [...] Com uma obstinação digna de um melhor propósito», eles suprimiram «os elementos fundamentalmente romanos; [adotaram] elementos estrangeiros; [retomaram] elementos romanos inferiores e obsoletos; excluíram, enfim, tudo aquilo que, próxima ou longinquamente, poderia remontar a uma Missa.» (La Semaine Sainte restaurée).

Porque a ação deste dia que opera nossa redenção é uma ação realizada por Deus somente, simbolizada pelo exercício isolado do ministro que celebra os mistérios deste mesmo dia.

Sob o ponto de vista teológico, a redenção, isto é, a expiação dos pecados do homem em todos os tempos, é uma obra de Deus somente.

Santo Tomás de Aquino ressalta que:

«A morte de Cristo é a causa de nossa salvação do modo que dissemos de forma mais enfática no tocante à Paixão. [...] a morte de Cristo destruiu em nós a morte da alma, produzida por nossos pecados segundo São Paulo (Rm 4,25): "o qual foi entregue" à morte "por [causa] de nossos pecados". E a morte de Cristo também destruiu a morte do corpo produzida pela separação da alma: "Tragada foi a morte na vitória" (I Cor XV, 54).»⁵²

Deste modo, a Sexta-Feira Santa é o momento no qual Deus, na pessoa de Jesus, intervém soberanamente no mundo para modificar o curso de sua história. Deus *«a seu próprio Filho não perdeu, mas por nós todos o entregou»* (Rm VIII, 32). A lição que a não-comunhão sacramental deste dia confere a todos os cristãos é evidente: ela convida a uma adoração silenciosa e a uma admiração agradecida: *«Porque sendo nós inimigos, fomos reconciliados com Deus pela morte de Seu Fi-*

⁵² *Summa Theologica*, III, q. 50 a. 6.

lho» (Rm V, 10). Deus faz o homem à Sua imagem, lhe cumula de Seus benefícios, Se interessa por seu destino como se tivesse necessidade de sua resposta de amor, e impulsiona sua generosidade de modo a dar seu próprio Filho para a salvação dos homens que são «inimigos» e «filhos da cólera»... A contemplação de tal espetáculo deve ajudar o homem a compreender a bondade infinita de Deus e a grandeza incomensurável do pecado para tomar consciência, apesar da nossa indignidade radical, da grandeza misteriosa da nossa vocação. A Sexta-Feira Santa é o dia do «*Domine, non sum dignus...*», é o dia no qual todos os discípulos fugiram: «*fere o pastor, e desarranjar-se-ão as ovelhas*» (Zc, XIII, 7). Este é o dia de Jesus propriamente, pois nenhuma outra pessoa senão Ele poderia suportar e expiar a grandiosa massa dos pecados de todos os homens, em todos os tempos...

«É somente pelo sangue que o homem pode ser redimido. A Majestade Divina ofendida não se aplacará senão por meio do extermínio da criatura rebelde que, com seu sangue vertido sobre a terra e com sua vida, testemunhará seu arrependimento e sua extrema humilhação diante Daquele contra o qual se revoltou. Caso contrário, a justiça de Deus será satisfeita por meio do suplício eterno do pecador. Todos os povos compreenderam tal fato desde o sangue vertido pelos cordeiros de Abel até aquele que fluiu abundan-

temente nas hecatombes da Grécia e nas inumeráveis imolações que Salomão realizou na dedicação de seu templo. Não obstante, Deus [...] requer os sacrifícios sangrentos, e os declara como sendo nada diante de seus olhos. Sinal de contradição? Não: Deus quis naquele momento que o homem compreendesse que não pode ser redimido senão pelo sangue, e que o sangue dos animais era demasiadamente grosseiro para promover a remissão. Seria então o sangue do homem que aplacaria a Divina Justiça? Ainda não: o sangue do homem é impuro e contaminado; ademais, mesmo que fosse puro, seria impotente para compensar o ultraje feito a Deus. Era necessário o sangue de um Deus; e Jesus se prepara para derramar o seu.»⁵³

Nele realizou-se a maior figura profetizada pela lei antiga: uma única vez no ano o sumo sacerdote, sozinho, adentrava no Santo dos Santos a fim de interceder pelo povo. Ele ingressava no recinto e ficava atrás do véu, assim se ocultando da vista de todos para permanecer sozinho diante da Arca sagrada, signo da presença divina. Entretanto, tal formidável obséquio era-lhe apenas concedido sob a condição de que somente entrasse em tal recinto sagrado portando em suas mãos o sangue da vítima que acabara de imolar...

53 *L'Année liturgique*, por R. P. Dom Prosper Guéranger, abade de Solesmes.

Sob o ponto de vista litúrgico, desde que o Papa Inocêncio I (402-417) proibira formalmente a celebração diurna na Sexta-Feira Santa, nenhum sacerdote poderia oferecer sacramentalmente o Santo Sacrifício. Do mesmo modo, nenhum fiel poderia comungar em um sacrifício sacramental e, portanto, incruento, uma vez que não era mais ofertado, e não o era porque devia-se comemorar exclusivamente e liturgicamente o sacrifício cruento. Na Sexta-Feira Santa, toda a atenção deve ser direcionada a Jesus, o Sumo Sacerdote segundo a Ordem de Melquisedeque. É Cristo quem oferece seu sangue, e nenhum ministro ou fiel seu pode, neste dia, substituir ou auxiliar o próprio Cristo em sua missão propriamente messiânica de redimir o mundo. Face às realidades divinas que ultrapassam tudo o que se é possível imaginar, a melhor atitude que podemos adotar é a nossa adoração diante da Majestade Divina, e nossa confusão diante de nossa miséria.

É certo que Cristo, ao salvar os homens, não os dispensa nem de todo esforço pessoal, nem de toda participação. Se Ele se solidariza livremente com os pecadores para libertá-los de sua miséria moral, eles, por seu turno, por um ato de livre vontade devem se solidarizar com Jesus sofredor ao comungar à Divina Vítima. Entretanto, esta ação de revestir-se de Cristo para tornar-se um

homem novo, e esta união que se realiza particularmente por meio da comunhão sacramental serão justamente o objeto litúrgico do Sábado Santo, dia da Vigília Pascal, festa da Ressurreição.

Eis porque o Direito Canônico, promulgado em 1917, estipula no que concerne à Santa Comunhão que:

«§ 1. É permitida a distribuição da mui Santa Eucaristia todos os dias.

§ 2. Na Sexta-Feira da Semana Santa só é permitido levar o viático aos doentes.

§ 3. No Sábado Santo a Comunhão somente pode ser distribuída aos fiéis durante a Missa solene ou imediatamente depois.»⁵⁴

54 Cap. 2, *A Santa Comunhão* (845-869). Artigo 3: Tempos e lugares. *Cânon* 867.

Esta não seria a única contradição realizada pela reforma com o Direito Canônico em vigor. Diria ainda Mons. Gromier, que era digna de admiração a pressão pastoral que se manifesta pela anulação do infeliz *Cânon* 1252, §4, sobre o jejum do Sábado Santo, que dizia «*A lei da abstinência, ou da abstinência e do jejum, ou mesmo do jejum somente, cessa nos domingos e festas de preceito, à exceção das festas que caem na Quaresma e que não antecipam as vigílias; esta lei cessa também no Sábado Santo a partir do meio-dia.*»

O SÁBADO SANTO

Em 1954, o Pe. Berto, teólogo que não levantava suspeitas de ser modernista, defendeu a reforma da Vigília Pascal nos seguintes termos: «*o que se pode lamentar*» no antigo rito «*não é nada além daquilo que todos os liturgistas teriam motivo para se regozijar.*»⁵⁵

Ademais, não podia suspeitar que a reforma litúrgica da Vigília havia sido confiada a um franco-maçom,⁵⁶ daí suas palavras: «*Se a Sé sobe-*

55 Tais notas podem ser encontradas no livro «*Le Cénacle et le jardin*».

56 «*Fala-se em Roma que aquele que foi a alma da reforma litúrgica é um franco-maçom.*» (Mons. Lefebvre, *Lettre aux amis et bienfaiteurs*, n. 10, 27 mar. 1976; *Itinéraires* n. 204).

Mons. Tissier, em sua biografia de Mons. Lefebvre, relata que este «*havia ouvido Mons. Cesario Amato, abade de São Paulo extramuros, dizer-lhe "Monsenhor, não me faleis mais do Pe. Bugnini, já sei demasiadamente a seu respeito, não me pergunteis mais o que ele é!"*» Do mesmo modo, escreveu Ferdinando Antonelli: «*Poderia eu dizer muito a respeito deste homem. Devo adicionar que sempre foi apoiado por Paulo VI. Sua falha mais notável é sua falta de formação e de senso teológico.*»

Ao visitar o então Secretário de Estado, cardeal Amleto Cicognani, em fevereiro de 1969, Mons. Lefebvre, no intuito de apresentar-lhe seu pesar acerca dos novos

rana, da qual não se pode duvidar, julga ser pastoralmente fecunda a restauração da Vigília Pascal, quem somos nós para julgar contrariamente?»

Quem poderia adivinhar, em 1954, que a reforma da Semana Santa tinha como objetivo preparar os espíritos para a revolução litúrgica que se desdobraria, anos mais tarde, sob Paulo VI? Em todo caso, os argumentos do Pe. Berto merecem, não somente atenção, mas também uma resposta.

cânones, perguntou: «Vossa Eminência, não deixeis que elas passem! São uma revolução na liturgia, na Igreja.» Pondo as mãos na cabeça, respondeu-lhe o cardeal: «Monsenhor, conheço bem vossa opinião. Entretanto, o que quereis que eu faça? O padre Bugnini entra no escritório do Santo Padre e faz com que este assine tudo aquilo que ele quiser!»

Em seguida, ao passar pela Sagrada Congregação dos Ritos com o Pe. Coache, Mons. Lefebvre, com o fito de conversar com o cardeal Gut acerca da comunhão na mão, ouviu a confissão deste na presença de Mons. Antonelli, secretário da Congregação: *«Sou o prefeito da Sagrada Congregação dos Ritos, mas não sou eu quem a comanda, vós adivinhais bem quem é que a dirige.»*

Posteriormente, e de forma brusca, Paulo VI encerrou as atividades de Mons. Bugnini no dia 11 de julho de 1975, para nomeá-lo pronúncio em Teerã, seis meses mais tarde. Correram rumores de que uma maleta comprometedora, perdida por A. Bugnini, teria documentos que revelavam sua filiação à franco-maçonaria (Bernard Tissier de Mallerais, *Marcel Lefebvre*, Clovis, 2002, pp. 417-418).

Segundo ele, o rito antigo era uma «*anomalia litúrgica do rito latino*» em virtude de seu horário matinal, ao passo que, por definição, uma vigília é um ofício noturno. Não havia nenhuma «*justificação teórica*» possível para tal «*enormidade litúrgica*», mas somente «*uma explicação histórica*»: «*a preguiça humana*». No mais, «*o Sábado Santo é um dia a-litúrgico por natureza*». É então uma «*desordem*» celebrar uma Missa da Ressurreição no sábado de manhã quando «*histórica*» e «*misticamente*» Jesus estava no sepulcro.

Se uma Missa da Ressurreição é absurda no Sábado Santo sob o pretexto que, naquele momento, o Corpo de Jesus estava no sepulcro, não seria também absurdo celebrar uma Missa da Ressurreição à meia-noite e depois, outra Missa da Ressurreição, às dez horas, já que o Cristo ressuscitado já não pode mais morrer? Historicamente, Cristo não ressuscitou duas vezes neste Domingo de Páscoa. Por que dois ofícios diferentes para celebrar o mesmo mistério? Destarte, tal novidade pastoral suscitou certa confusão litúrgica no que concerne a dupla comunhão (a da meia-noite e a do dia), confusão esta que se encontra em contradição com a lei católica, uma vez que o pão eucarístico, que é quotidiano, não pode ser recebido senão apenas uma vez por dia, segundo o Cânon 857: «*A ninguém é permitido re-*

ceber a mui Santa Eucaristia caso já a tenha recebido no mesmo dia...»

Tais dificuldades mostram que a liturgia segue uma mística que pode dar margem a certa liberdade, não com a história propriamente dita, mas ao menos com sua cronologia. O Pe. Berto e os reformadores erraram não tanto em alterar o horário, algo até justificável, mas sim em tomá-lo como princípio absolutamente necessário.

Ademais, parece-nos injustificável excluir toda a explicação teológica na prática do rito antigo para reduzi-lo a uma evolução histórica devida ao resfriamento da caridade e à indolência humana, mesmo que tais elementos fossem parcialmente responsáveis.

«Se em cada domingo se celebra a Ressurreição do Senhor, uma festa anual da Páscoa foi verificada no começo do século II, e a véspera ou Vigília Pascal surgiu no início do século III: os cristãos, que então haviam observado um rigoroso jejum ao longo de dois ou três dias, assim participavam de modo simbólico na Paixão e na Morte de seu Senhor ao se reunir para celebrar uma liturgia noturna que continha Salmos, leituras e orações, e que se encerrava na aurora, com a Eucaristia. [...] Paulatinamente, a Vigília Pascal foi tornando-se o ápice de toda a liturgia cristã, e à Ressurreição de Cristo foi associado, a cada ano, o Batismo, que faz passar da morte para a vida. Nos séculos

IV e V foi organizada certa liturgia pascal para a iniciação cristã que comportava o Batismo e a Confirmação no batistério (distinto da igreja), e depois da entrada na igreja, onde os neófitos são recebidos pelo conjunto dos fiéis e assim participam da Eucaristia pela primeira vez. [...] A celebração noturna demanda iluminação; para a Vigília Pascal, e para testemunhar o Batismo enquanto um sacramento de iluminação, a igreja era iluminada ao máximo. [...] Com efeito, esta longa vigília noturna foi abandonada pelo povo cristão, visto que o batismo de adultos se tornara raro e a liturgia pascal perdera sua atualidade. Em Roma, no século VII, a cerimônia se iniciava no Sábado Santo às 14h e terminava na Eucaristia, que ocorria no momento da aparição da primeira estrela: ao invés de aguardar o principiar do dia, esperava-se no cair da noite. Depois, a celebração passou a ser realizada na manhã de sábado.»⁵⁷

Apesar de tudo isso, pensamos que há uma explicação teórica e uma razão pastoral para justificar a prática do rito antigo.

A Páscoa é a festa por excelência, a solenidade das solenidades. Até o final do século XI, a Páscoa permaneceu sendo o «grande natalício coletivo e oficial de todos os membros do Corpo Místico». Os cristãos não podiam, logicamente, comemorar a Ressurreição do Salvador sem celebrar,

⁵⁷Catholicisme, artigo «Vigile», Lille, 1997.

ao mesmo tempo, o aniversário de sua própria regeneração em Cristo.

Estes dois eventos, a Ressurreição física de Cristo e a Ressurreição mística dos membros de Cristo, podem se distinguir na prática, e nenhum impedimento havia para se antecipar cronologicamente a ressurreição dos membros de modo a poder festejar a Páscoa de forma mais livre e santa. Consideradas a amplitude e a duração da Vigília, um reordenamento para a manhã seria pastoralmente mais justificável. Não é mais lógico e pastoralmente mais desejável que a Vigília de Páscoa, a «*mãe das santas vigílias*»⁵⁸, pouco a pouco tivesse primazia sobre o Sábado Santo, que nada mais é senão um dia a-litúrgico?

Para o Pe. Berto, essa «*feliz reforma*» foi «*pastoralmente feliz*» em virtude da «*permissão dada explicitamente para se explicar a cerimônia em língua vulgar à medida que a mesma se desdobra*», e em razão de que «*este esplêndido "reencontro"*» que é «*a profissão solene da fé integrada na própria função litúrgica.*»

O novo rito noturno é decerto 40 minutos mais curto, algo que corresponde bem à essência de uma vigília;⁵⁹ contudo, conforme veremos adi-

58 *Santo Agostinho*, Sermão 219 (PL, 38, 1088).

59 O antigo rito era mais longo, porém era realizado em um horário menos tardio que o da meia-noite no novo rito.

ante, trouxe também consigo várias mudanças cuja importância simbólica, litúrgica e teológica passou despercebida à maioria dos observadores da época.

Se, por um lado, o Pe. Berto não percebeu aquilo que não era facilmente perceptível na época, por outro lado, ressaltou muito bem o inconveniente intrínseco do novo horário: «*é o risco de deteriorar os ofícios do dia da Páscoa.*» Tal inquietude justifica, ao que nos parece, nossa observação que explicita os bons fundamentos pastorais e teóricos da prática antiga.

«*Quantos cristãos retornarão no domingo para assistir e cantar a Missa solene, e para nela comungar? Quantos lá estarão para cantar as Vésperas? Uma elite o fará, talvez, mas e a multidão?*» A noite de sábado prejudicará a manhã de domingo! Uma vez mais, a multidão não pode prever que foram preparadas as Missas «dominicais» antecipadas do sábado à noite. Isto tem como resultado uma certa tendência imperceptível de judaizar a Igreja em detrimento das decisões apostólicas: os cristãos celebram o *Shabbat* (sábado), e não mais o Dia do Senhor (*Dies Domini*, domingo).

Sua duração não constitui, entretanto, um obstáculo pastoral.

Vejam agora todas as mudanças repreensíveis que passaram despercebidas ao Pe. Berto e a muitos outros.

A OHS Bugnini-1956 decidiu que a bênção sobre o círio pascal teria de ser dada fora da igreja por meio de um círio a ser carregado pelo diácono ao longo de toda a cerimônia. O círio pascal, no término da procissão, é colocado em seguida no centro do coro, em uma igreja iluminada progressivamente ao longo das três invocações «*Lumen Christi*». Ora, antes da reforma, o círio pascal permanecia em seu candelabro. No tocante à «*procissão solene que transporta o círio*», inventada pelas «*pastorais*», Mons. Gromier não hesita em dizer que se trata de uma «*negação de princípios razoáveis*», e de um «*monstro litúrgico*».

Com efeito, abençoava-se o novo fogo e os grãos de incenso no exterior, mas não o círio. O fogo era comunicado à Serpentina, uma espécie de cana munida de três círios em seu cume, os quais eram acendidos progressivamente ao longo da procissão, cada qual mediante uma invocação «*Lumen Christi*»; na OHS Bugnini-1956 estas três invocações perderam parcialmente seu sentido litúrgico. Em seguida, por meio da chama de um destes círios era aceso o círio pascal, que permanecia sobre seu candelabro após o início da cerimônia. O fogo (luz da Ressurreição) era então levado pela Serpentina de três chamas

(a Santíssima Trindade) até o grande círio pascal (o Cristo Ressuscitado), que domina do alto de seu candelabro (o sepulcro vazio). Assim era a simbolização da Ressurreição operada pela Santíssima Trindade, uma vez que «*este é o primeiro uso do novo fogo: anunciar os esplendores da Trindade Divina.*»⁶⁰

O círio sobre seu candelabro, colocado com maior freqüência no lado do Evangelho, e as luminárias da igreja eram acendidos somente durante o *Exultet*, no momento previsto pelo texto do canto. A OHS Bugnini-1956 também destruiu parcialmente o simbolismo do *Exultet*. Alguns reformadores quiseram pura e simplesmente eliminar esta cerimônia, mas o amor nutrido por este canto, desde tempos imemoriais, fez com que outros se opusessem à modificação do texto. Tal disputa teve como resultado, pela enésima vez, a confusão resultante da associação de um canto litúrgico tradicional a um rito alterado, pois as ações mencionadas por quem canta o *Exultet* já haviam sido realizadas meia hora antes, aproximadamente, à porta da igreja: os grãos de incenso eram preparados enquanto o canto menciona o incenso; os círios e as luminárias da igreja já haviam sido anteriormente acesas no

60 *L'Année liturgique*, pelo R. Pe. Dom Prosper Guéranger, abade de Solesmes. Foi no século XIII que surgiu este círio em três ramos com seu simbolismo trinitário.

momento em que o canto faz referência a tais ações...⁶¹

A OHS Bugnini-1956 conservou apenas quatro dentre as doze profecias que eram anteriormente lidas durante a Vigília: somente a primeira, a quarta, a oitava e a décima-primeira acharam graça aos olhos dos reformadores.⁶²

61 Não obstante, o fundamento simbólico do círio permanece o mesmo: a tocha superior em peso e em espessura a todas aquelas que são acesas em outras solenidades: logo, única em sua espécie. Tem a forma de uma coluna e representa o Cristo. *«Antes de ser acendido, o círio representa a coluna de nuvem que cobria a partida dos Hebreus que então saíam do Egito; sob esta primeira forma, figura Cristo no sepulcro, inanimado, sem vida. Assim que a chama é acesa, vemos nele a coluna de fogo que alumia os passos do povo santo, e também a figura de Cristo todo radiante dos esplendores de sua Ressurreição. Os intérpretes da Sagrada Liturgia nos ensinam que, neste momento, o Diácono representa Madalena e as demais santas mulheres que tiveram a honra de ser as primeiras iniciadas por Cristo mesmo no Mistério de sua Ressurreição, e foram encarregadas por Ele, apesar da inferioridade de seu sexo, de anunciar aos Apóstolos que Ele havia se elevado do sepulcro e que os precederia na Galiléia.»*

L'Année liturgique, pelo R. Pe. Dom Prosper Guéranger, abade de Solesmes.

62 **1ª Profecia – Gênesis, Capítulo I:** *«A primeira leitura descreve a história da criação, o Espírito de Deus que pairava sobre as águas, a luz separada das trevas, o homem criado à imagem e semelhança de Deus. A obra de Deus prejudicada e deformada pela malícia de Satanás. É chegado o momento*

A OHS Bugnini-1956 introduziu a inacreditável prática de dividir as litanias em duas partes, de modo a inserir entre elas a bênção da água batismal. Uma tal escolha é, simplesmente, extravagante e incoerente: jamais se viu separar uma oração impetratória em duas partes.

quando a criação será revivida em toda a sua beleza. O Espírito Santo se prepara para operar a regeneração pelas águas, o Cristo-Luz difundir-se-á das sombras do sepulcro, e a semelhança de Deus será reparada no homem purificado pelo sangue de seu Redentor, novo Adão descendido do Céu para restabelecer seus direitos tão antigos quanto a formação a terra.»

2ª Profecia – Gênesis, Capítulo V: *«Vemos na história do dilúvio que Deus faz servirem à sua justiça as águas que, por meio de Jesus Cristo, tornar-se-ão instrumento de sua misericórdia; a arca é a figura da Igreja, asilo de salvação para aqueles que não querem perecer sob as correntes vingadoras; o gênero humano se regenera por uma única família que representa os discípulos de Cristo, poucos no início, mas logo difundidos por toda a terra.»*

3ª Profecia – Gênesis, Capítulo XXII: *«A fé firme e corajosa de Abraão é oferecida como modelo aos catecúmenos. Eles assim recebem uma lição acerca da dependência que o homem deve viver em relação a Deus, bem como a fidelidade que ele deve guardar. A obediência de Isaac remonta àquela do Filho de Deus, da qual veio nos dar o penhor no sacrifício do Calvário. O lenho transportado nos ombros pelo filho de Abraão até o cimo da montanha nos faz lembrar a cruz.»*

4ª Profecia – Êxodo, Capítulo XIV: *«O povo de Deus, então libertado da dura escravidão do Faraó, encontrou a salvação nas águas, ao mesmo tempo que os egípcios nelas se afogaram. Os*

A OHS Bugnini-1956 decidiu substituir as fontes batismais por uma bacia vulgar instalada no centro do coro: tal escolha foi imposta, uma vez mais, por estarem os reformadores obceca-

catecúmenos, após terem atravessado a fonte batismal, serão libertados da servidão de Satanás, e deixarão seus pecados submersos para sempre nas águas que lhes conferem a salvação.»

5ª Profecia – Isaías, Capítulo LIV: *«Isaías convida os catecúmenos a se aproximarem das águas para matar sua sede; ele os convida a aplacar sua fome pelos pratos mais deliciosos; ele honra a herança que o Senhor lhes preparou, e conforta sua pobreza ao lhes prometer que o Deus soberanamente rico lhes acumulará gratuitamente de todos os seus bens.»*

6ª Profecia – Baruc, Capítulo III: *«Nesta passagem do profeta, Deus recorda, aos eleitos do santo Batismo, os feitos passados que lhes tornaram indignos do perdão; entretanto, em Sua Misericórdia, toda gratuita, Ele dignou-se estender sua divina Sabedoria sobre eles, e então vieram até Ele. O Senhor lhes fala em seguida acerca de todos os gentios, ricos, poderosos e industriais que legaram seu nome aos anais da terra. Eles morreram, e juntamente com eles se foi sua sabedoria mundana. O novo povo que o Senhor forma para Si não se perderá assim, pois partilhará da verdadeira Sabedoria.»*

7ª Profecia – Ezequiel, Capítulo XXXVII: *«Esta leitura tem como objeto proclamar diante dos catecúmenos o grande dogma da Ressurreição dos Corpos, pelo qual o espírito soberbo e sensual da gentildade nutre tanta repugnância. É este o momento de se lembrar a promessa que Deus Se dignou de nos fazer a este respeito, quando aproxima-se a hora na qual Cristo,*

dos por «*ministros sagrados voltados para o povo*», e assim dando as costas para Deus.⁶³

A bênção das águas batismais dava-se outra nas próprias fontes batismais, fora ou no fundo da igreja. Segundo a teologia católica, o Batis-

elevando-se do sepulcro, nos irá mostrar, em sua pessoa, o sinal e a realização.»

8ª Profecia – Isaías, Capítulo IV: «*As sete mulheres libertas do opróbrio e purificadas de suas máculas representam aqui as almas dos catecúmenos sobre os quais a Misericórdia do Senhor vai repousar. Elas desejam portar o nome de seu libertador, e seu desejo será atendido. Todos aqueles que vierem da fonte sagrada chamar-se-ão cristãos, nome formado a partir do de Cristo. Doravante, elas repousarão na montanha sagrada, ao abrigo das tormentas. Este refúgio de luz e de refrigério prometido pelo profeta é a Igreja, onde elas habitarão com o Esposo Celeste.»*

9ª Profecia – Êxodo, Capítulo XII: «*É pelo sangue do Cordeiro figurativo que o povo de Israel foi protegido contra o gládio do Anjo exterminador, e que por isso pôde deixar o Egito e se pôr em marcha para a terra prometida; e é pelo sangue do verdadeiro Cordeiro, com que serão marcados os catecúmenos, que poderão ser libertados do terror da morte eterna e da servidão a Satanás. Em breve poderão tomar parte no festim onde se consome a carne deste Cordeiro divino, pois chegamos à Páscoa do Senhor, e eles devem celebrá-la conosco.»*

10ª Profecia – Jonas, Capítulo III: «*Nínive é a gentilidade coberta de crimes e cegada por todos os erros. Deus teve compaixão dela e lhe enviou os Apóstolos em nome de seu Filho. À sua voz, ela abjurou sua idolatria e seus vícios, fez penitência, e o Senhor pôs-se a escolher seus eleitos no próprio seio desta*

mo é a porta da graça e a «*janua sacramentorum*»⁶³, pois é o Sacramento pelo qual, quem está fora, torna-se membro da Igreja. É somente após o Batismo que o catecúmeno adquire, agora enquanto fiel, o direito de adentrar a nave para lá comungar. Contudo, enquanto fiel, tem acesso tão-somente à nave, mas não ao coro, que é reserva-

cidade abandonada. Os catecúmenos são filhos de Nínive e, em breve, por meio de uma maravilhosa adoção, serão contados no número dos filhos de Jerusalém.»

11ª Profecia – Deuteronômio, Capítulo XXXI: «A Santa Igreja, por meio da leitura desta passagem de Moisés, adverte os catecúmenos a respeito da grandeza das obrigações que estão prestes a contrair com Deus. A graça da regeneração ser-lhes-á conferida mediante a promessa solene de que renunciarão à Satanás, o inimigo de Deus. Que se mostrem fiéis a esta promessa, e que jamais se esqueçam de que Deus é o vingador da fê violada.»

12ª Profecia – Daniel, Capítulo III: «A última instrução é oferecida aos catecúmenos antes de descerem à fonte da salvação. É mister saber que se assumem um compromisso ao darem seu nome na Milícia de Cristo. Talvez venham, um dia, a ser chamados para dar testemunho de seu Deus às potências da terra. Estão eles resolutos a preferir sofrer os tormentos, a morte, do que trair sua causa? Por diversas vezes não houve apóstatas dentre eles de cujo batismo a Igreja se regozijou? É assim necessário que tomem conhecimento das provas que podem estar lhes esperando. A Santa Igreja relerá em sua presença a história de três jovens judeus que, em vez de adorar a estátua do rei de Babilônia, preferiram se deixar atirar em uma fornalha ardente.»

63 C. Braga, *op. cit.*, p. 23.

do apenas ao clero, a saber, aos membros da Igreja que receberam o sacerdócio ministerial, ou que têm relação com ele. Esta repartição tradicional funda-se na distinção essencial entre o sacerdócio chamado «comum», pertinente aos batizados, e o sacerdócio ministerial.⁶⁵ Não obstante, as mudanças efetuadas no rito não somente deram, aos fiéis, acesso ao coro (como já haviam dado na Quinta-Feira Santa), mas mesmo aos não-batizados. Aquele que ainda se encontra «vítima do demônio», já que ainda está sob o poder do pecado original, é considerado do mesmo modo que aquele que recebeu a ordenação sagrada: as verdades contidas no simbolismo tradicional são então pura e simplesmente massacradas. É deste modo que as verdades da fé são insensivelmente destruídas.

«Fontes batismais, água batismal e batismo formam um todo; uma inovação espetacular que lhes separa deliberadamente, que instala fontes postizas no coro e ali batiza, que transporta às fontes batismais, a água batismal coletada alhures, já tendo servido alhures, é um insulto à história e à disciplina, à liturgia, ao bom senso. [...] Atualmente, a pastoral traz a água

64 Isto é, de costas para o Sacrário, onde fica o Santíssimo Sacramento (N. do T.).

65 Trata-se de duas coisas diferentes, e não de dois graus distintos de uma mesma essência.

batismal e batiza por meio de uma tigela, uma banheira, e depois, por meio deste aparato, transporta a água à fonte, cantando o cântico de um cervo sedento que já havia bebido e que se dirige a uma fonte ressecada. [...] Supondo-se que a igreja tivesse seu batistério, as pastorais tiveram ainda a audácia de permitir a escolha entre o único método litúrgico e sua triste invenção.»⁶⁶

A OHS Bugnini-1956 inventou, *ex-nihilo*,⁶⁷ a «renovação das promessas batismais», algo desconhecido sob este formato em toda a história da liturgia, tanto no Oriente, quanto no Ocidente. Tal renovação das promessas do Batismo foi promovida por alguns como uma espécie de «tomada de consciência» do sacramento recebido no passado. Uma tendência comparável surgiu no início do século XX, quando foi imposto às crianças que já haviam recebido sua primeira comunhão na idade da razão, a estranha prática da «comunhão solene» ou «profissão de fé»: o adolescente, por volta dos treze anos, deveria «refazer» sua primeira comunhão de modo a tomar consciência do sacramento já recebido alguns anos antes. Esta criação pastoral acentua, todavia, o aspecto subjetivo do sacramento em detrimento de seu

66 L. Gromier, «*La Semaine Sainte restaurée*», Opus Dei, 2 (1962).

67 A partir do nada. (N. do T.)

aspecto objetivo, mesmo que não questione a doutrina católica do «*ex opere operato*»⁶⁸. Paulatinamente, tal inovação conduziu ao obscurecimento e à perda de sentido do Sacramento da Confirmação. Mesmo que esta nova prática não seja em si mesma claramente errônea, ela parece, contudo, tender perigosamente para teorias de origem luterana, as quais, ao excluir o papel do «*ex opere operato*», assumem que os ritos sacramentais servem mais para «*despertar a fé*» do que propriamente conferir a graça. Mons. Gromier se questiona se, um dia, não assistiremos «*à renovação das promessas conjugais entre as pessoas unidas por um casamento*», e assinala que tal «*criação, ainda mais pastoral e menos litúrgica,*» é uma «*excelente ocasião, tão procurada, de inserir a língua vernácula na liturgia.*»⁶⁹ Com efeito, a OHS Bugnini-1956 inventou uma admoção moralizante, uma espécie híbrida entre homilia e celebração durante a renovação das promessas batismais, que pode também ser recitada em língua vernácula do

68 «*Ex opere operato*» é uma expressão teológica em latim que significa «*pela obra operada*», e refere-se à real eficácia dos Sacramentos: se forem validamente realizados, conferem verdadeiramente a graça, não em função da operação do Sacerdote, mas sim devido ao poder e à promessa de Deus. (N. do T.)

69 L. Gromier, «*La Semaine Sainte restaurée*», Opus Dei, 2 (1962).

mesmo modo que, eventualmente, a recitação do Padre Nosso por parte de todos.

A OHS Bugnini-1956 suprimiu as orações ao pé do altar no começo da Missa (o Salmo 42, *Judica me* e o *Confiteor*). O Salmo 42 e o *Confiteor* rememoram a indignidade do Sacerdote que vai subir ao altar, visto como «*ara crucis*», lugar sagrado e terrível onde torna-se presente a Paixão redentora de Cristo. Esta supressão prepararia os espíritos para uma nova concepção ritualística do altar, que passou doravante a simbolizar mais uma mesa comum do que propriamente o Calvário; por conseguinte, não mais suscitaria, por si mesmo, nem o sagrado temor, nem o sentimento da sua própria indignidade, que o padre confessa em suas orações.

O mesmo decreto que instituiu a OHS Bugnini-1956 também eliminou todos os ritos da Vigília de Pentecostes, com exceção feita à Missa.⁷⁰ Esta supressão precipitada foi acrescida no último momento. Desde tempos antigos, fora pre-

70 Já no fim do século IV, Pentecostes tornou-se a segunda festa batismal, ao menos em Roma e na África. Embora tenha afirmado que a Páscoa fosse o grande dia batismal, São Leão disse que fazia-se necessário também incluir Pentecostes, em virtude do Advento do Espírito Santo. De todo modo, ele declara que neste dia dever-se-ia admitir ao Batismo apenas «*aqueles que foram impedidos por motivo de doença, distância a ser percorrida, ou dificuldades de navegação.*» Ep. 16 (PL, 54, col. 699).

vista uma Vigília para o Pentecostes com ritos similares aos da Páscoa. Contudo, a comissão da reforma da Semana Santa, que não teve meios para modificar aquela de Pentecostes, não podia mais deixar subsistir, lado a lado, dois ritos que, dentro de um intervalo de cinquenta dias, desdobrar-se-iam de modo distinto, um sob forma reformada, e outro sob a forma tradicional. Precipitadamente decidiu-se então suprimir aquilo que não era possível reformar, e a guilhotina abateu-se sobre a Vigília de Pentecostes.

«Portanto, amemos nós a Deus, porque Deus nos amou primeiro,⁷¹ diz São João. Este é o fim que a Igreja se propõe nestes aniversários solenes. Após ter abatido nosso orgulho e nossa resistência pelo terrível espetáculo da Justiça Divina, ela impele nosso coração a amar Aquele que, em nosso lugar, enfim entregou-se aos golpes dessa Justiça inflexível. Desgraçados de nós se esta grande Semana não produzir em nossas almas um justo retorno para Aquele que tem todos os direitos sobre nosso ódio, e que nos amou mais que a si próprio! Digamos, pois, com o Apóstolo: "Porque o Amor de Cristo nos constrange: [...] Cristo morreu por todos: a fim de que também os que vivem, não vivam mais para si mesmos, mas para Aquele que morreu e ressuscitou por eles".»⁷²

Dom Prosper Guéranger, Abade de Solesmes,

L'Anée Liturgique

71 I Jo IV, 19.

72 II Cor V, 14, 15.

CONCLUSÃO

Em 1954, o Pe. Berto escreveu que o decreto da reforma da Vigília Pascal era «*antes de mais nada, uma questão de horário*». Com efeito, havia uma aparente contradição em solenizar liturgicamente a noite pascal, a noite santa por excelência (*nox sacratissima*), por meio de um ofício antecipado para as primeiras horas do Sábado Santo. A Igreja teve, portanto, suas razões de proceder assim ao longo de mais de mil anos. O que, então, impediria de manter este rito mais que milenário da Vigília ao restaurar-lhe um horário mais noturno? Nada obrigaria a alterar a estrutura litúrgica dessa Vigília, e ainda menos aquela de toda a Semana Santa em si mesma.

Porém, como pudemos verificar, a real violação cronológica, que em si não era um obstáculo pastoral, foi o pretexto para efetuar alterações bem mais profundas que uma simples mudança de horário.

Esta reforma da Semana Santa introduziu novidades e omissões sob a forma de rupturas, espécie de «*trampolins para os novos saltos da sua via reformadora*.»⁷³ Além das principais e impor-

73 L. Gromier, «*La Semaine Sainte restaurée*», Opus Dei, 2 (1962).

tantes novidades estudadas aqui, a reforma da Semana Santa dos anos 1951-1956 também introduziu modificações menores, sem razões aparentes, nem de cunho prático, nem teológico, em contradição com o que se pratica no restante do ano, ou seja, com aquilo que não poderia ser causa de problemas ou de confusão.⁷⁴

A reforma, que poderia ter abordado legitimamente a questão do horário, ilegitimamente subverteu os ritos mais que seculares da Semana Santa.

«Depois do Domingo de Ramos, uma nova ritualística foi inventada na qual o celebrante volta-se para o povo e dá as costas à cruz e ao Cristo sobre o altar; na Quinta-Feira Santa, permitiu-se o acesso dos leigos ao coro; na Sexta-Feira Santa, foram reduzidas as honras devidas ao Santíssimo Sacramento e alterada a veneração à cruz; no Sábado Santo, não apenas se deu livre curso à fantasia reformadora dos entendidos,

74 Como, por exemplo, a inversão no rito romano de uma bênção que segue constantemente esta ordem: imposição do incenso – aspensão – incensação com a recitação do antigo *Asperges me* sem Salmo (conforme a bênção dos círios no Candelabro, bênção das cinzas, etc...).

O Salmo *Iudica me*, o *Confiteor* antes da Missa dos Ramos e do Sábado Santo, o último Evangelho, o *munda cor meum* e a bênção, a incensação do livro, o ato de beijar o livro, o desaparecimento da incensação do celebrante, os Ofícios de Vésperas da Quinta e da Sexta-Feira Santa que foram omitidas...

mas fundamentalmente se demoliu o simbolismo relativo ao pecado original e ao Batismo como porta de acesso à Igreja. Em uma época que quis redescobrir a Sagrada Escritura, as passagens lidas nesses dias foram amputadas, apesar de sua importância, e suprimiram precisamente as passagens evangélicas relativas à instituição da Eucaristia nos Evangelhos de São Mateus, de São Lucas e de São Marcos. Nesses dias, segundo a Tradição, toda leitura a respeito da instituição da Eucaristia é feita em relação ao relato da Paixão, com o fito de apontar em qual medida a Última Ceia era a antecipação da morte na cruz do dia seguinte, além de realçar o significado da natureza sacrificial da Última Ceia. Três dias eram consagrados à leitura de tais passagens: o Domingo de Ramos, a Terça e a Quarta-Feira Santas; graças aos reformadores, a instituição da Eucaristia desapareceu completamente do ciclo litúrgico anual. [...] Negar que o *Ordo Hebdomadæ Sanctæ Instauratus* tenha sido obra de um grupo de especialistas universitários ao qual se unira, infelizmente, um certo número de experimentadores litúrgicos, seria negar a realidade dos fatos; com o devido respeito que devemos à autoridade papal que promulgou essa reforma, permitimo-nos tecer as críticas precedentes uma vez que o caráter experimental dessas inovações requer que se faça uma avaliação. Se, segundo Pe. Braga, tal reforma foi o "aríete" que desestabilizou a liturgia romana dos dias mais santos do ano, o foi principalmente porque uma tamanha

subversão teve notáveis repercussões na totalidade do espírito litúrgico subsequente. Com efeito, a reforma marcou o começo de uma deplorável atitude, segundo a qual, em matéria de liturgia, poder-se-ia fazer e desfazer, segundo o bel-prazer dos especialistas, e ainda suprimir ou reintroduzir um elemento ou outro fundamentado em opiniões histórico-arqueológicas, a respeito das quais, talvez, tenha sido necessário admitir, mais tarde, que os historiadores haviam se equivocado. A liturgia não é um joguete nas mãos do teólogo ou do simbologista mais em voga, a liturgia tira sua força da Tradição, do uso que a Igreja fez dela infalivelmente, dos gestos que se repetiram ao longo dos séculos, de um simbolismo que não pode existir somente no espírito de alguns especialistas originais, mas que, ao contrário, responde ao senso comum do clero e do povo que rezou desse modo ao longo dos séculos. Nossa análise foi, sobretudo, confirmada pela síntese do Pe. Braga, protagonista de primeiro escalão desses eventos: "aquilo que não foi possível, psicológica e espiritualmente, nos tempos de Pio V e Urbano VIII, por causa da Tradição, da formação espiritual e teológica insuficiente e da falta de conhecimento das fontes litúrgicas, tornou-se possível nos tempos de Pio XII."⁷⁵ Mesmo compartilhando a análise dos fatos, que nos seja permitido objetar que a Tradição, longe de constituir um obstáculo à obra da reforma litúrgica,

75 C. Braga, *op. cit.*, p. 18.

pelo contrário, é seu fundamento. Tratar desdenhosamente a época seguinte ao Concílio de Trento, e considerar São Pio V e seus sucessores como homens "de formação espiritual e teológica insuficiente" é um pretexto e um argumento quase heterodoxo que não visa senão rejeitar a obra plurissecular da Igreja.⁷⁶



Ao termo deste breve exame crítico, esperamos que fiquem mais claras, a nossos leitores, as razões pelas quais não celebramos a Semana Santa reformada sob Pio XII. Elas podem ser resumidas na seguinte sentença de Dom Oury:

«Uma boa dose de ilusão e megalomania é necessária para se crer humildemente capaz de forjar uma liturgia melhor que aquela formada lentamente em vinte séculos de tradição cristã.»⁷⁷

Os confrades podem ter suas razões para continuar a celebrar o rito reformado sob Pio XII. São livres para tal. Entretanto, não existe mais a obrigação de consciência de seguir este rito reformado. Parece-nos haver abundantes argumentos e razões para dispensá-la. Indubitavelmente, seria melhor nunca ter de associar o

76 Extraído da conclusão de Mons. Abade Carusi.

77 Guy Oury, «Les limites nécessaires de la créativité en liturgie», L'Ami du clergé, 28 de abril de 1977.

nome de Pio XII a esta reforma defeituosa da Semana Santa, mas os fatos não dependem de nossos desejos.

No que nos diz respeito, preferimos associar o nome deste Pontífice a esta grande encíclica sobre a liturgia que diz, entre outras coisas:

«Assinalamos, não sem preocupação e sem temor, que alguns são assaz ávidos de novidades e se equivocam fora dos caminhos da Santa Doutrina e da prudência. Pois, ao querer e desejar renovar a Sagrada Liturgia, com freqüência fazem intervenções em princípios que, na teoria ou na prática, comprometem essa santa causa, e talvez mesmo a conspurquem com erros no tocante à fé católica e à doutrina ascética.»⁷⁸

Pe. Olivier Rioult,

Em 1º de janeiro de 2017.

⁷⁸ *Mediator Dei*, sobre a Sagrada Liturgia, 20 de novembro de 1947. AAS, XXXIX, 1947, p. 521.

Este breve exame crítico não dirá nada além do suficiente para responder à seguinte questão:

«Estamos nós dispensados de celebrar a Semana Santa reformada sob o pontificado de Pio XII?»

A primeira resposta que nos vem à mente é negativa. Com efeito, ao pedido de numerosos liturgistas, Pio XII empreendeu a reforma da Semana Santa. E se, em 1951, a título de ensaio (*ad experimentum*), ele autorizou a celebração da Vigília Pascal durante a noite, em 1955, ao contrário, tornou-a obrigatória, bem como toda a reforma do rito.

Há, contudo, graves e sérias razões pelas quais podemos responder positivamente [...]



Padre Olivier Rioult é um sacerdote francês, nascido em Lille, aos 8 de agosto de 1971. Descobriu a tradição católica durante um acampamento de esqui, realizado pelo Movimento da Juventude Católica de França (MJCF). Depois de formar-se em medições físicas em um Instituto Universitário de Tecnologia, ingressou no seminário em 1991. Sua

ordenação ao sacerdócio ocorreu em Écône, no ano de 2001. Após nove anos de ministério no Gabão (1997-2007), passou dois anos na Escola Domezain, no País Basco, e outros dois anos no convento de Saint Yves em Brest. Membro da Fraternidade Sacerdotal São Pio X de 1992 a 2013, foi expulso por sua fidelidade em recusar qualquer compromisso com esta «Igreja conciliar» imbuída dos princípios maçônicos de 1789. Reside em Soule (País Basco) desde o ano de 2015, onde dirige a Editora Santo Agobardo.